

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

CLAUDEMIR BRITO DA SILVA

PRÁTICAS DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES RACIAIS NO AMBIENTE
ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE IGUATU NO ESTADO DO CEARÁ

SALVADOR-BAHIA

2023

Claudemir Brito da Silva

PRÁTICAS DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES
RACIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR NO
MUNICÍPIO DE IGUATU NO ESTADO DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Beatriz Martins Moura

SALVADOR-BAHIA

2023

Ficha Catalográfica

SILVA, Claudemir Brito da

Práticas de Combate às Desigualdades Raciais no Ambiente
Escolar no Município de Iguatu no Estado do Ceará/Claudemir
Brito da Silva. Bahia: FLACSO/FPA, 2023

72 f.: il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais,
Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y
Políticas Públicas, 2023.

Orientadora: Prof^a Dra. Beatriz Martins Moura

Claudemir Brito da Silva

PRÁTICAS DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES
RACIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR NO
MUNICÍPIO DE IGUATU NO ESTADO DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em ___/___/_____

Profa. Dra. Beatriz Martins Moura.

FLACSO

Profa. Dra. Selma Brito.

FLACSO

Prof. Me. Anderson Pereira.

Museu Nacional

Prof. Me. Gleidson Wirllen Bezerra Gomes (Suplente).

FLACSO

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – RAÇA E EDUCAÇÃO NO BRASIL DAS DESIGUALDADES	13
1.1 O NEGRO NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL.....	16
1.1.2 RELAÇÃO PESSOAL COM AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS	18
1.1.3 ENTENDENDO A RELAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E A ESCOLA	20
1.1.4 ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	22
1.1.5 OS LIBERTOS SEM LIBERDADE	25
1.1.6 OS AVANÇOS E CONQUISTAS DA POPULAÇÃO NEGRA	28
1.1.7 A PESQUISA: O OBJETO E A METODOLOGIA APLICADA	30
CAPÍTULO 2 – CONHECENDO O MUNICÍPIO DE IGUATU E O ESTADO DO CEARÁ: AS RELAÇÕES COM A HISTÓRIA DA POPULAÇÃO NEGRA	32
2.1 CEARÁ: PRIMEIRA PROVÍNCIA A LIBERTAR SEUS ESCRAVIZADOS.....	36
2.1.2 UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.....	38
2.1.3 A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ: ALGUNS DADOS	39
2.1.4 TERRITÓRIO DA PESQUISA: CIDADE, INSTITUIÇÃO ESCOLAR E COLABORADORES/AS DA PESQUISA	40
2.1.5 A INSTITUIÇÃO: ESCOLA SÃO SEBASTIÃO, LOCALIZADA NO DISTRITO DE BARRO ALTO, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO	43
2.1.6 APRESENTANDO AS PROFESSORAS COLABORADORAS DA PESQUISA	45
2.1.7 A INSTITUIÇÃO: ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL ELZE LIMA VERDE MONTENEGRO, LOCALIZADA NA SEDE DO MUNICÍPIO, ZONA URBANA	45
2.1.8 APRESENTANDO AS PROFESSORAS COLABORADORAS DA PESQUISA	48
CAPÍTULO 3 – APLICABILIDADE DA LEI Nº 10.639/03 NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE IGUATU-CE	49
3.1 – CONTRIBUIÇÕES DA LEI DE Nº 10.639/03 PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO RACIAL NA ESCOLA.....	50
3.1.2 - COMO SÃO TRATADAS AS SITUAÇÕES DE DESIGUALDADE E DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA.....	56
3.1.3 - COMO ESTÁ A PREPARAÇÃO/CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA TRABALHAR NA SALA DE AULA A TEMÁTICA ÉTNICO RACIAL, BEM COMO PARA CONTRIBUIR COM AS PRÁTICAS DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES RACIAIS	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS	71

DEDICATÓRIA

*Esta dissertação é dedicada aos professores das escolas
Elze Lima Verde Montenegro e São Sebastião,
ambas no município de Iguatu-Ce,
aos estudantes que contribuíram com esta dissertação,
especialmente a todos os estudantes
negros e pardos das duas instituições.
Também é dedicada, notavelmente, à Prof^a Cícera Sandra
que muito contribuiu para a realização desse trabalho.*

"O racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados é estruturalmente reproduzida."

Sílvio Almeida

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não teria sido consumada sem a ajuda de várias pessoas, sem o meu imensurável empenho e minha audaciosa coragem em me desafiar a trilhar os caminhos da ciência – confesso que pra mim era algo muito distante. Pois é! Mesmo o que possa parecer inalcançável, a aproximação e o alcance, depende do esforço a ser dispensado e de acreditar na capacidade de superação.

Agradeço primeiramente a Deus, sem a força divina eu não teria ultrapassado as barreiras encontradas ao longa dessa caminhada. Olha que foram muitas! Como exemplo das dificuldades encontradas, cito a Pandemia do COVID-19, dentre tantas barreiras, foi uma das mais difícil de superar.

Agradeço a minha família, que sempre me apoiou, inclusive nos momentos turbulentos da caminhada, sempre pude contar com esse suporte.

De maneira especial, agradeço aos meus pais, mesmo semianalfabetos sempre acreditaram no poder transformador da educação. Desde a minha infância pude contar com o apoio e o incentivo dos meus pais nos meus estudos, eles não mediram esforços para me ver estudando. Lembro-me que quase todos os dias eles me ligavam para perguntar se eu já havia concluído o Mestrado, isso me motivou bastante.

Agradeço principalmente a minha esposa Laeuma, que teve a paciência de compreender, nos momentos estressantes, de agonia, por eu achar que não ia conseguir terminar as atividades a tempo. Não posso esquecer das vezes que a “expulsei” do nosso quarto, para que eu pudesse assistir as aulas online num cantinho sossegado, sem barulhos externos.

Agradeço as minhas filhas Claudia Layanne e Layla Raquel, sempre torcendo por mim, me incentivando a continuar em frente. A Layla, a cientista da casa, apesar de ser a mais nova da família, é pesquisadora, e por várias vezes recorri a ela para fazer revisão das minhas atividades – ela se garante!

Quero também agradecer aos amigos que torceram por mim, que sempre me compreenderam quando precisei me ausentar deles para me dedicar a esse projeto.

Agradeço imensamente a todos e todas colegas de turma deste Mestrado, o convívio que tivemos durante esse período, mesmo que de forma virtual, no grupo do *WhatsApp*, foi muito bom, ajudamo-nos mutuamente, com nossas limitações, mas valeu a pena. Gratidão a todos e todas!

Meus agradecimentos são extensivos a Coordenação do curso, a todos e todas professores e professoras que contribuiu com esse meu aprendizado, vocês foram top!

Agradeço também a FLACSO Brasil e a Fundação Perseu Abramo pela oportunidade que me deram de fazer parte desse projeto.

Não poderia deixar de agradecer de maneira especial a minha Orientadora Dra. Beatriz Martins Moura, não desmerecendo aos demais professores, mas quero reconhecer a importância da Prof^a Dra. Beatriz nessa minha conquista. Nessa reta final, sua contribuição foi além de orientações acadêmicas, posso dizer que ela foi conselheira, motivacional, psicóloga, “puxadora de orelhas” quando necessário (risos), foi até orientadora, olha que incrível! Brincadeiras à parte... Minha eterna gratidão!

Meus agradecimentos a amiga e companheira das lutas sociais Geyse Anne. Sua contribuição foi muito importante, em especial nesta reta final da dissertação.

RESUMO

As relações social e racial no Brasil têm um histórico de desigualdades, discriminação e preconceito, o que tem sido prejudicial a quem sofre com esses estigmas – majoritariamente, a população negra. O ambiente escolar é o lugar aonde se deve trabalhar a conscientização do indivíduo da sua cidadania. Esta pesquisa surgiu a partir de uma inquietação pessoal com as dificuldades de entender a relação da escola com as questões étnico-raciais. Neste sentido, o presente trabalho tem como alicerce as Escolas Públicas Municipais de Ensino Fundamental do município de Iguatu-Ce, onde foram realizados estudos de campo em consonância com o tema das Práticas de Combate às Desigualdades Raciais no Ambiente Escolar no Município de Iguatu no Estado do Ceará. Com efeito, a pesquisa teve como objetivo compreender as práticas e as ações de combate às desigualdades raciais nas escolas públicas de Iguatu-Ce a partir da implementação da Lei nº 10.639/03. A metodologia empregada constitui um estudo bibliográfico, somado à pesquisa de campo – que se deu com a realização de entrevistas com professores e estudantes das Escolas Elze Lima Verde Montenegro e São Sebastião, no intuito de coletar dados para responder à seguinte pergunta: Quais resultados foram obtidos nas ações de combate às desigualdades raciais a partir da implementação da Lei 10.639/03 nas escolas municipais de educação básica no município de Iguatu-Ce? Ademais, em acréscimo às informações coletadas das pessoas entrevistadas, este trabalho foi pautado no referencial teórico de diversos autores consagrados na área de enfoque; em destaque, Fernandes (2008), Gomes (2005), Gonzales (2018), entre outros. De forma geral, a realização da presente pesquisa possibilitou, de modo pessoal, o crescimento no que concerne aos aspectos de formação acadêmica, profissional e humana. Outrossim, também cabe ressaltar que o contato com uma vasta literatura, bem como a rica experiência ao estabelecer contato com a realidade das escolas supracitadas, justificam o caráter único deste trabalho, e sua relevância para a comunidade iguatense, haja vista que o ato de pesquisar, discutir, produzir dados e analisá-los para chegar a um resultado que possa propiciar a oportunidade de melhor conhecer a realidade da promoção da educação étnico-racial possibilita, a partir de todo esse conhecimento, contribuir com ações de combate às desigualdades.

Palavras-chave: Política Educacional; Lei 10.639; Educação Pública; LDB; Ensino básico

RESUMEN

Las relaciones sociales y raciales en Brasil tienen una historia de desigualdades, discriminación y prejuicios, lo que ha sido perjudicial para quienes sufren estos estigmas, en su mayoría, la población negra. El ámbito escolar es el lugar donde se debe trabajar la conciencia del individuo sobre su ciudadanía. Esta investigación surgió de una inquietud personal por las dificultades de comprensión de la relación de la escuela con las cuestiones étnico-raciales. En ese sentido, el presente trabajo tiene como base las Escuelas Públicas Municipales de Enseñanza Básica del municipio de Iguatu-Ce, donde se realizaron estudios de campo en línea con el tema de Prácticas de Combate a las Desigualdades Raciales en el Ambiente Escolar en el Municipio de Iguatu en el Estado de Ceará. De hecho, la investigación tuvo como objetivo comprender las prácticas y acciones para combatir las desigualdades raciales en las escuelas públicas de Iguatu-Ce a partir de la implementación de la Ley nº 10.639/03. La metodología empleada constituye un estudio bibliográfico, sumado a la investigación de campo – que se realizó a través de entrevistas con docentes y alumnos de las Escuelas Elze Lima Verde Montenegro y São Sebastião, con el fin de recolectar datos para responder a la siguiente pregunta: ¿Qué resultados se obtuvieron en las acciones para combatir las desigualdades raciales a partir de la implementación de la Ley 10.639/03 en las escuelas municipales de educación básica del municipio de Iguatu-Ce? Por otra parte, además de la información recopilada de las personas entrevistadas, este trabajo se basó en el marco teórico de varios autores de renombre en el área de enfoque; destacaron, Fernandes (2008), Gomes (2005), Gonzales (2018), entre otros. En general, la realización de la presente investigación permitió, de manera personal, el crecimiento en lo que se refiere a aspectos de formación académica, profesional y humana. Además, también vale señalar que el contacto con una vasta literatura, así como la rica experiencia en establecer contacto con la realidad de las mencionadas escuelas, justifican el carácter único de este trabajo, y su relevancia para la comunidad iguatense, dado que el acto de investigar, discutir, producir datos y analizarlos para arribar a un resultado que pueda brindar la oportunidad de comprender mejor la realidad de promover la educación étnico-racial, posibilitando, con base en todos estos conocimientos, contribuir a acciones de combate desigualdades.

Palabras llave: Política Educativa; Ley 10.639; Educacion publica; LBD; Educacion basica

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa analisar as práticas de combate às desigualdades raciais a partir do ambiente escolar, tido como recorte territorial o município de Iguatu, no Estado do Ceará, mais especificamente as escolas Elze Lima Verde Montenegro e São Sebastião. Para além do interior das referidas escolas, o trabalho procurou, ainda, verificar tais práticas de modo extensivo à sociedade, de forma ampla.

Falar do meu envolvimento pessoal neste campo da educação para as relações étnico-raciais é, de certo modo, me encontrar nesse contexto de realidade das desigualdades sociais e raciais. Estou inserido na classe trabalhadora, sou pardo, filho de pai negro e cujo avô paterno era negro. Nessa esteira, quero ressaltar, com isso, o meu pertencimento à grande parcela da população brasileira que sofre, direta ou indiretamente, com o preconceito e a discriminação.

O interesse em pesquisar como a educação brasileira, por intermédio das escolas públicas, está trabalhando ações para combater e erradicar as desigualdades sociais e raciais, tem o objetivo de contribuir para que haja respeito às diversidades, com o fito de, um dia, ver cessado o preconceito e discriminação das pessoas de etnias/raças distintas.

Apesar de haver no Brasil um arcabouço legal que garante direitos a população negra, com fundamentação constitucional, as leis, por si só, não colocam isso na prática. Por isso, os cidadãos e cidadãs brasileiros(as) precisam ter consciência da responsabilidade nesse processo. De forma especial, essa responsabilidade é maior para quem trabalha com educação, principalmente na educação pública. Professores e professoras têm um papel fundamental na implementação e no funcionamento dessas leis. Por excelência, tem-se a Lei nº 10.639/03, que trata especificamente da história e cultura dos afrobrasileiros e africanos. Trata-se de uma lei que busca fazer um reparo histórico da falta de zelo e reconhecimento que o Brasil teve e tem para com essa população.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO:

Os equipamentos da presente pesquisa são duas escolas públicas de Ensino Fundamental localizadas no município de Iguatu-Ce, sendo uma na zona urbana e outra na zona rural. Teoricamente, duas realidades distintas, levando em consideração a diversidade cultural e os diferentes costumes do público das duas instituições de ensino.

No que concerne aos objetivos dessa pesquisa, tem-se como objetivo geral: compreender as práticas e as ações de combate às desigualdades raciais nas escolas públicas de Iguatu-Ce a partir da implementação da Lei nº 10.639/03. De forma específica, objetiva-se: identificar a existência de políticas educacionais de combate às desigualdades raciais, no município de Iguatu-Ce; entender como as escolas públicas municipais de Iguatu-Ce podem

contribuir de maneira efetiva para a prática de combate às desigualdades raciais e descobrir quais os impactos que a Lei nº 10.639/03 pode causar na comunidade escolar no município de Iguatu-Ce.

Este trabalho está organizado em três capítulos, sendo que o primeiro faz uma abordagem sobre a relação ambígua de raça e educação, da histórica desigualdade que existe no Brasil, além de evidenciar um pouco da minha trajetória pessoal e identidade com essa temática, o que justifica o interesse em realizar a pesquisa. Traz, ainda, uma abordagem do objeto e da metodologia da pesquisa, da relação do negro na formação da sociedade brasileira, suas lutas e conquista, bem como aborda o ensino de História e Cultura afro-brasileira nas escolas.

O segundo capítulo está organizado a partir da abordagem sobre o recorte territorial da pesquisa. Neste capítulo, é retratado o Estado do Ceará, sua relação com o povo negro e com a educação. É feita, ainda, uma abordagem do município de Iguatu-Ce, das duas escolas as quais foram o equipamento de pesquisa e o público que permitiu a construção desse trabalho.

No terceiro capítulo, consta a discussão, as reflexões e os resultados obtidos na pesquisa. Também é feita uma abordagem sobre a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03 nas referidas escolas, sobre a funcionalidade das escolas frente as desigualdades existentes. Além disso, este capítulo traz as ações das escolas frente à problemática da desigualdade e a participação dos(as) professores(as) nesse processo e também como está a capacitação desses profissionais.

Por fim, nas considerações finais, é realizada, além do fechamento, uma reflexão sobre o processo de combate às desigualdades raciais no Brasil e, em especial, no município de Iguatu-Ce. É também realizada uma pequena retrospectiva pessoal da trajetória durante o Mestrado, os percalços, os desafios e as superações, assim como manifestado reconhecimento de gratidão às pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, e, enfim, são expressas esperanças na transformação da sociedade e de um mundo melhor.

CAPÍTULO 1 – RAÇA E EDUCAÇÃO NO BRASIL DAS DESIGUALDADES

A pesquisa realizada no desígnio da temática das relações étnico-raciais, teve como objeto duas escolas públicas de educação básica do município de Iguatu-Ce, com o objetivo de

compreender como ocorre a implementação e o desenvolvimento de planos de ações para combater às desigualdades raciais nas escolas públicas municipais de Iguatu-Ce, a partir da implementação da Lei nº 10.639/03. Nesse sentido, foi suscitado o interesse em saber como estão sendo trabalhadas as práticas de combate às desigualdades raciais no ambiente escolar no município de Iguatu-Ce.

Trata-se, pois, de uma pesquisa de campo em que professores, coordenadores e estudantes de duas escolas municipais de educação básica foram entrevistados por mim para responder um questionário com perguntas subjetivas. Como resultado deste trabalho obteve-se os elementos substanciais para entender como a educação básica no município em questão está contribuindo efetivamente com as ações de combate às desigualdades raciais.

Racismo é uma palavra conhecida, isso pode-se dizer como verdade. Contudo, reconhecer-se, assumir-se racista é algo pouco provável na sociedade brasileira. Nesse sentido, é extremamente importante trazer esse debate para o centro de discursões, principalmente no ambiente educacional, no seio das escolas brasileiras. Com efeito, educadores(as) têm a responsabilidade de fomentar esse debate, tornando-o peça fundamental dentro de qualquer conteúdo a ser estudado. Desse modo, a escola se coloca como um lugar essencial para iniciar as práticas de combate às desigualdades raciais.

Algumas inquietações fazem parte do cotidiano, muitas dessas estão relacionadas à atuação das escolas, como também dos profissionais da área da educação no Brasil, sobretudo a categoria de professores que estão diretamente envolvidos no processo educacional das crianças, dos jovens e dos adolescentes. Muitas perguntas precisam ser respondidas, para compreendermos por que no Brasil ainda existe tamanhas desigualdades raciais e sociais e que a educação deve ser o caminho, talvez o mais importante, para ajudar a diminuir ou até mesmo erradicar essas desigualdades.

Neste sentido, a presente pesquisa teve o propósito de buscar respostas para as seguintes perguntas: Será que nós, professores e professoras, temos trabalhado com a questão racial na escola e como isso está ocorrendo? Quando há situações de discriminação racial no interior da escola e da sala de aula, que atitudes tomamos? Por que será que a questão racial ainda encontra tanto desafio para ser inserida na escola e na formação dos(as) professores(as) no Brasil?

Infelizmente, ainda são encontrados, no universo educacional, professores com certas limitações em compreender o verdadeiro papel da escola na formação humana. Muitos desses profissionais têm um comportamento de resistência em trabalhar nas escolas as temáticas de grande complexidade humana, dentre tantas, está a questão racial.

Nilma Gomes, traz a seguinte abordagem desse contexto

Ainda encontramos muitos(as) educadores(as) que pensam que discutir sobre relações raciais não é tarefa da educação. É um dever dos militantes políticos, dos sociólogos e antropólogos. Tal argumento demonstra uma total incompreensão sobre a formação histórica e cultural da sociedade brasileira. E, ainda mais, essa afirmação traz de maneira implícita a idéia de que não é da competência da escola discutir sobre temáticas que fazem parte do nosso complexo processo de formação humana. Demonstra, também, a crença de que a função da escola está reduzida à transmissão dos conteúdos historicamente acumulados, como se estes pudessem ser trabalhados de maneira desvinculada da realidade social brasileira. (GOMES, 2005, p. 146)

Não se pode negar que a educação é um processo amplo e complexo na construção de saberes sociais e culturais pertencentes a conduta humana. Portanto, é correto pensar que a educação e quem está diretamente envolvido nesse processo são responsáveis pela construção de saberes culturais e sociais que fazem parte do advir humano. No entanto, é contraditório pensar que muitos educadores reconhecem isso, porém, na prática cotidiana do trabalho nas escolas, neguem o papel da escola na condução do trabalho com a diversidade étnico-racial.

É inimaginável pensar a escola brasileira, sobretudo a pública, distante do debate das relações raciais que fazem parte da formação histórica, cultural e social da população desse país. Com tudo, não se pode pensar as relações raciais não fazerem parte do conjunto das relações sociais.

Vajamos o que Nilma Gomes fala sobre o avançar dos saberes escolares,

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. (GOMES, 2005, p. 147)

Nilma Gomes diz ainda que...

O entendimento conceptual sobre o que é racismo, discriminação racial e preconceito, poderia ajudar os(as) educadores(as) a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e auxiliá-los a identificar o que é uma prática racista e quando esta acontece no interior da escola. Essa é uma discussão que deveria fazer parte do processo de formação dos professores. Porém, é necessário que, na educação, a discussão teórica e conceptual sobre a questão racial esteja acompanhada da adoção de práticas concretas. (GOMES, 2005, p. 149/149)

Corroborando com a autora, no processo formativo de professores brasileiros, deve ter, indispensavelmente, a abordagem de temáticas diversas, entre elas a questão racial, que intrinsecamente está incluso o preconceito e a discriminação.

Combater as desigualdades raciais no Brasil não se trata de um processo simples, porém, a importância de entender a formação da sociedade brasileira a partir das relações

vivenciadas por sua população heterogênea, no sentido étnico-racial, nos possibilita a refletir sobre a égide da construção da cidadania dessa nação.

Há muito tempo, Lélia Gonzales já escrevia a respeito de como se dava as relações sociais no Brasil desde a sua colonização, o lugar do negro na sociedade, vejamos o que ela diz.

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a interpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O “lugar natural” do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante à utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando do de ordem e segurança sociais (Gonzales, 1979c). (GONZALEZ, 2018 p. 200)

A autora nos mostra com clareza a histórica relação de dominação no Brasil, o dominante tem cor e lugar de destaque na sociedade – o homem branco, e isso parece ser natural. Por outro lado, o dominado, o negro, está fadado ocupar o lugar inferiorizado, periférico, os guetos, portanto esses lugares são destinados a convivência do povo preto desse país.

1.1 O NEGRO NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL

Desde o processo de colonização, a população negra foi usada como mão de obra pelo o mercado de trabalho brasileiro, dentro de um contexto exploratório, esse sujeito foi escravizado e submetido à desumanização, torturas e subjugo.

Patrícia Melo Sampaio faz uma abordagem a respeito das relações de trabalho no Grão-Pará nos Séculos XII e XIII, vejamos a que ela fala.

Não restam dúvidas quanto ao impacto provocado pela Companhia de Comércio sobre a demografia escrava no Grão-Pará, nem há muito que discutir quanto à predominância do trabalho indígena nos séculos XVII e XVIII. Contudo, a presença crescente de africanos no Pará coloca em movimento questões mais amplas que não podem ter suas dimensões avaliadas apenas em função do número de escravos disponíveis porque o que está em jogo, é a própria montagem e reiteração de uma sociedade hierarquizada, com escravos, cuja lógica de reprodução não se limita ao número de almas disponíveis nos plantéis, mas antes se traduz na reiteração de

relações de subordinação e poder que dão vida ao próprio sistema. Isso, sem dúvida, é uma realidade importante que deve ser adequadamente considerada. (SAMPAIO, 2007, p.3)

Nesse período, o negro não era considerado sujeito de direito e sua objetificação e comércio eram legitimados em leis. Os mais de três séculos de regime escravocrata no Brasil, deixou essa herança de, na contemporaneidade, ser um país com imensa desigualdade racial. Apesar da sua população ser predominantemente composta por pessoas pretas e pardas, a desigualdade racial ainda é prática corriqueira em todo o país¹. Realidade essa que precisa ser mudada através de ações efetivas de combate às desigualdades raciais.

Neste sentido, as políticas públicas de combate à discriminação e desigualdade racial devem ser compromissos assumidos por todas as esferas dos poderes constituídos, seja no âmbito municipal, estadual e federal². É a partir de implementação dessas ações que se pode promover uma tomada de consciência da sociedade, para que nela seja despertada e estimulada as mudanças na cultura que está enraizada nos moldes da discriminação e do preconceito. Considerando o histórico de desigualdade racial no Brasil desde a sua colonização, naturalizar práticas racistas reafirma o lugar de subjugação da população negra.

A educação é um caminho importante a ser priorizado no desenvolvimento de ações de conscientização das pessoas desde a sua infância, esse processo deve ser iniciado a partir da primeira fase do ensino/aprendizagem (educação infantil) e seguir nas demais fases de formação. Destarte, a importância em desenvolver ações educacionais que visem contribuir no combate à desigualdade racial é algo imprescindível. Depreende-se que houve, a partir do início dos anos 2000, um investimento importante na produção de legislações educacionais que refletissem a diversidade racial da população brasileira e, com isso, que pudessem servir no enfrentamento ao racismo.

Em face disso, é de suma importância se apropriar desse arcabouço legal que contribui para o enfrentamento e o combate às desigualdades raciais. Por essa razão, foi realizada a busca de informações que pudessem fornecer respostas à seguinte indagação: Quais resultados foram obtidos nas ações de combate às desigualdades raciais a partir da implementação da Lei 10.639/03 nas escolas municipais de educação básica no município de Iguatu-Ce?

¹ <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/05/16/jovem-expulso-de-shopping-em-fortaleza-diz-que-foi-enforcado-pelos-segurancas-fiquei-sem-conseguir-respirar.ghtml>

² <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/governo-lula-institui-cota-de-30-para-negros-em-cargos-de-confianca-na-administracao-publica>.

1.1.2 RELAÇÃO PESSOAL COM AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

O interesse em pesquisar essa temática tão complexa e, simultaneamente, instigante, se deu em razão de um motivo que considero determinante: ter a oportunidade de contribuir com o debate étnico-racial. Há vários anos milito nas causas sociais, mais precisamente na defesa de direitos da classe trabalhadora. Sou sindicalista há mais de vinte anos. Por conseguinte, nessa minha trajetória de luta e militância sindical, o debate transversal sempre esteve presente, sendo a questão étnico-racial muito presente nesses debates. Sempre me causou indignação saber que existem tamanhas disparidades entre as relações de pessoas devido a questão racial.

Por tais razões, surgiu a decisão de procurar intensificar mais profundamente a busca de conhecimento a respeito da questão étnico-racial, e, na ocasião, pude realizar uma especialização em História e Cultura Afro-brasileira. Foi então que me aprofundei nessa temática, elaborando um trabalho de conclusão do curso acerca do negro e seu protagonismo na formação da sociedade brasileira. Ao ingressar no magistério, foquei nas disciplinas, em sua grande maioria, relacionadas à história e cultura afro-brasileira e indígena. De fato, pesquisar sobre esse tema me permitiu a oportunidade de contribuir com reflexões no campo do combate às desigualdades raciais.

Ao longo de minha trajetória como estudante, desde a infância até concluir o ensino médio, as escolas em que estudei davam pouca importância às questões referentes à discriminação e ao preconceito racial. A começar pelos livros didáticos que pouco ou quase nada tratavam a respeito dessa temática. Com efeito, pode-se associar que a omissão por parte do sistema educacional em trabalhar a consciência cidadã fazia com que os estudantes reproduzissem o comportamento racista e discriminatório, que muitas das vezes aprendera no seu cotidiano através da família e/ou da sociedade de forma geral.

Diante disso, não somente eu, mas diversas pessoas não voltavam o olhar para os problemas que o povo negro enfrentava. Nesse sentido, essa falta de consciência e letramento racial é certamente um elemento de agravamento dessa situação de discriminação racial. Ressalta-se que, no entanto, jamais me senti confortável em saber da dura realidade que o povo negro enfrentava, isso sempre me incomodou.

No período em que frequentei a escola, como estudante do ensino de 1º e 2º Grau, nomenclatura usada na época, não tive a oportunidade de estudar a História do Brasil como é estudada na atualidade. O ensino de História era pautado na metodologia de tornar evidente a História de grandes personalidades e autoridades de diversos setores desse país – os “heróis da pátria”. Também se dava ênfase às datas comemorativas e aos feitos históricos, de maneira

seletiva, pois quem mais se destacava nessa História era pessoas da alta sociedade brasileira, na qual muitas dessas pessoas exerceram cargos de alta patentes na política e nos órgãos de poder da época.

Oportuno ressaltar que, mesmo inconscientemente, não me identificava com essa História; na realidade, sequer gostava de estudar História, mas era o que estava no currículo escolar da época e, inclusive, fazia parte do conteúdo dos livros didáticos.

Pouco se estudava sobre a diversidade étnica da população brasileira. Alguns conteúdos traziam abordagens sobre o período da escravidão e dos povos indígenas, mas sem muito aprofundamento.

Quando ingressei no mercado de trabalho, ainda muito jovem, me deparei com a realidade social e racial brasileira, realidade essa que não estava nos livros escolares, estava na vida das pessoas. A grande maioria da população brasileira composta por pretos e pardos, com baixo poder aquisitivo e com grades dificuldades de ascensão social. Inclusive, estou eu inserido nesse contexto social, apesar de, da perspectiva racial, me autodeclarar pardo, sou descendente de negro (avô paterno era negro e pai negro).

Embora, por muito tempo, sem buscar conhecimento através da educação escolar a respeito da temática racial e social, procurei adquirir conhecimentos que possibilitaram elevar meu estado de consciência cidadã. Passei a me interessar pela história do Brasil – não aquela história dos livros didáticos, mas sim a história de luta do povo trabalhador, sofrido e muitas das vezes esquecidos. Foi então que me envolvi com os movimentos sociais e sindicais. Esses foram e ainda são para mim uma grande escola, pois me fez despertar a consciência cidadã que há dentro de mim.

Nesse sentido, me interessei por estudar a história do Brasil mais profundamente, para além dos livros didáticos, buscando leituras variadas de diversos autores, inclusive os que quebraram paradigmas e escreveram/contaram a história que sempre esteve oculta, invisível aos olhos da sociedade brasileira, os quais é possível destacar Abdias Nascimento, Lélia Gonzales, Nilma Lino Gomes, Florestan Fernandes, Emilio Gennari, José D'Assunção Barros, Matilde Ribeiro, entre outros.

Quando decidi fazer uma graduação, fiz a opção de cursar Licenciatura em História, decisão esta que pode ter sido influenciada pelo envolvimento na luta social e sindical. Com efeito, nessa caminhada de vários anos fazendo debates importantes a respeito da sociedade brasileira, a temática étnico-racial esteve muito presente.

Destarte, estudar a História do Brasil no ambiente acadêmico, de certa forma, foi a continuidade de um processo que já fazia parte do meu cotidiano. Todo esse acúmulo de

conhecimento despertou a motivação de pensar em pesquisar sobre as práticas de combate às desigualdades racial no espaço escolar, com ênfase na legislação vigente que trata da obrigatoriedade do ensino de História da África e dos africanos, assim como a História dos povos indígenas. Saber que o povo negro que fora escravizado e seus descendente historicamente são invisíveis aos olhos da sociedade, despertou o sentimento de indignação com a forma pela qual a educação sempre tratou a história do negro no Brasil.

1.1.3 ENTENDENDO A RELAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E A ESCOLA

O município de Iguatu faz parte desse contexto, constituindo parte integrante desse Brasil que historicamente tratou as questões étnico-raciais com indiferença ou no mínimo sem dar prioridade a esse tema. Essa indiferença contribui significativamente com o comportamento racista e discriminatório das pessoas de modo geral. Esse tipo de comportamento é normalizado e faz parte do cotidiano das pessoas, portanto, talvez não seja tão importante está presente nos debates na sociedade brasileira.

Mesmo sendo obrigatório tratar a temática étnico-racial no ambiente educacional desde o ano de 2003, por força da Lei 10.639 que torna obrigatório o ensino de história da África e dos africanos nas escolas de ensino fundamental e médio, ainda parece ser algo distante da realidade nas escolas. Isso se percebe quando passamos a observar que apesar de não ser algo tão recente, pois já se passaram 20 anos da sua existência, a referida lei ainda é pouco conhecida, inclusive no âmbito escolar. Esse reflexo se dá na sociedade de modo geral quando o comportamento preconceituoso e discriminatório continua a fazer parte do cotidiano das pessoas.

Dizer que as pessoas são racistas e preconceituosas, baseado no senso comum, não é tarefa difícil no Brasil. Basta olhar a grosso modo o passado escravocrata com mais de três séculos de existência. Contudo, se faz necessário fundamentar essa tese a partir de um aprofundamento mais substancial que vai além do que se ouve falar. É preciso estudar a História do Brasil e de seu povo como um todo.

Mas como estudar a História do Brasil que contemple a diversidade étnico-racial se durante muito tempo a historiografia não contemplava a pluralidade étnico-racial?

Para dialogar sobre isso, Sueli Carneiro discorre em sua Tese de Doutorado que,

A convocação de Sílvio Romero não será em vão e assiste-se a partir do final do século XIX um crescente processo de objetivação do negro nas ciências sociais no Brasil. Inicialmente impulsionado pela antropologia, os estudos sobre o negro avançarão para as relações raciais, e mais recentemente, para as desigualdades raciais envolvendo diversas disciplinas, passando contemporaneamente a um campo de disputa também de emergentes intelectuais e ativistas negros. (CARNEIRO, 2005, p. 59)

É importante salientar que a falta de conhecimento a respeito da formação da sociedade brasileira, tem, ao longo do tempo, contribuído com a dura realidade do povo preto, que tem um histórico de preconceito e discriminação para com essas pessoas. As desigualdades raciais e sociais perpassam gerações, causando com isso sérios problemas para a nossa sociedade. Com efeito, é através da educação que temos a oportunidade de mudar essa realidade.

Partindo do princípio de que a sociedade brasileira, na sua formação, é composta por etnias diversas: indígenas, negros e o brancos europeus, somos uma sociedade diversa e plural em vários sentidos e isso tornaria o Brasil um país rico culturalmente, carregando na sua história o legado de cada etnia para a formação dessa sociedade. No entanto, ao longo da história o que se tem visto é o pouco ou quase nenhum interesse de mostrar a importância do negro e da sua história. Com isso, a desigualdade entre negros e brancos no Brasil tem sido uma realidade presente desde os primórdios até os dias atuais.

Nessa perspectiva, é como se a sociedade brasileira esquecesse do papel desempenhado pelo negro na história desse país, desde o seu início, inclusive na história econômica. Abdias Nascimento fala muito bem sobre isso, vejamos:

O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo. Sem o escravo, a estrutura econômica jamais existia. O africano escravizado contribuiu as fundações da nova sociedade com a flexão a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. (NASCIMENTO, 2016, p.59)

Tamanho desigualdade traz consequências incalculável para essa população, diga-se de passagem, que é maioria nesta sociedade³. A história da população negra no Brasil é inferiorizada desde quando não é dada a devida importância no âmbito educacional. O ambiente escolar historicamente deixou o negro fora das prioridades de estudo. Exemplo disso é que, nas escolas, quando a temática estudada se refere a população negra quase sempre se remota ao período escravocrata, fala-se do negro na senzala, servindo a casa grande ou sobre o seu comportamento associado a violência, insurgência e perigo, portanto, relacionado a algo negativo.

A omissão do sistema educacional em relação a importância do povo negro na história da formação da sociedade brasileira contribui para o agravamento da desigualdade racial e social no Brasil. A falta de conhecimento por muitas das vezes leva o indivíduo a tomar posição equivocada, fazer juízo de valor pelo que se ouve falar, sem nenhum aprofundamento. No

³ <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) 2021, 43,0% dos brasileiros se declararam como brancos, 47,0% como pardos e 9,1% como pretos.

tocante a questão racial isso se dá com frequência, inclusive no ambiente familiar, que consequentemente reflete na sociedade.

Nesse sentido, é de fundamental importância que nas escolas, desde os primórdios do ensino fundamental, seja dada ênfase à importância do negro na formação dessa sociedade plural e multiétnica. A escola é responsável pela formação cidadã das pessoas, portanto, ela também é responsável pelas práticas de combate às desigualdades raciais.

Um ponto importante para discutir e criar estratégias de combate às desigualdades raciais é primeiramente admitir/reconhecer que existe racismo na sociedade brasileira e precisa ser combatido. Conforme preconiza Nilma Gomes, “concordamos que racismo está presente na escola brasileira. Esse é um ponto importante porque rompe com a hipocrisia da nossa sociedade diante da situação da população negra e mestiça desse país e exige um posicionamento dos(as) educadores(as)”, contexto este que suscita a busca pela compreensão de como a educação pública e os educadores do município de Iguatu-Ce tratam a questão étnico-racial.

1.1.4 ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

A partir do ano de 2003, se tornou obrigatório, nas escolas de ensino Fundamental e Médio, o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, constituindo uma conquista do movimento negro organizado, que, ao longo do tempo, tem lutado e reivindicado o reconhecimento do povo negro na formação da sociedade brasileira, tendo como umas das principais pautas a educação, educação essa que lhe fora negada ao longo da história

A luta do povo negro, inclusive por meio de grupos organizados como o Movimento Negro Unificado, trouxe como resultado, no campo da Educação, a conquista da aprovação, pelo Congresso Nacional, e a sanção pelo Governo Federal, em 09 de janeiro de 2003, da Lei nº 10.639, que alterou a Lei nº 9.394/96. Consecutivamente, a educação brasileira passou a desempenhar um importante papel no combate às desigualdades raciais, inserindo no currículo das escolas de educação básica o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Com isso, a implementação da referida lei tornou-se obrigatória para todas as escolas de educação básica no Brasil, seja ela pública e/ou privada.

O município de Iguatu, situado a 360km de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, localizado na Região Centro Sul do Estado, com uma população de mais de 100.000 habitantes, dispõe da seguinte estrutura educacional: 44 escolas e mais dois anexos, distribuídas nas zonas

urbana e rural do município, também entrou no escopo das transformações produzidas a partir dessa legislação. É com o olhar voltado para esse município que surgiu o interesse em desenvolver essa pesquisa.

Dentre o universo de escolas mencionado anteriormente, o recorte de delimitação para elaborar a pesquisa tomou como equipamento duas escolas – uma na zona rural e outra na zona urbana, tendo como objetivo central encontrar as respostas para a pergunta: Na percepção dos docentes e dos discentes, quais resultados foram obtidos nas ações de combate às desigualdades raciais a partir da implementação da Lei nº 10.639/03 nas escolas municipais de educação básica do município de Iguatu/Ce?

Na busca da resposta da pergunta acima, inicialmente foi tomada a decisão de visitar as duas escolas, com o fito de dialogar com a direção de cada uma. Nessas visitas, houve um bom acolhimento pelo corpo diretor das duas escolas, que prontamente se colocaram à disposição para colaborar, na medida do possível, para que a pesquisa fosse realizada. Na ocasião, houve a apresentação às professoras responsáveis pela disciplina de História. Em seguida, foi solicitada permissão para ter acesso ao Projeto Político Pedagógico – PPP de cada escola, sendo atendido prontamente e recebendo uma cópia dos mesmos.

Após uma análise prévia do Projeto Político Pedagógico das duas escolas públicas municipais de educação básica no município de Iguatu-Ce, foi possível observar que a política educacional referente ao combate às desigualdades raciais não está sob a égide que se recomenda a legislação conforme a lei 10.639/03.

LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Nessa esteira, depreende-se que o tema dessa pesquisa tem importante relevância para a sociedade brasileira, uma vez que visa enfatizar que pesquisar, discutir, produzir dados e analisá-los para chegar a um resultado que possa propiciar a oportunidade de melhor conhecer essa realidade e, a partir desse conhecimento, poder contribuir com ações de combate às desigualdades raciais.

Com esse trabalho de pesquisa, a pretensão foi saber, na percepção dos docentes e dos discentes, quais resultados foram obtidos nas ações de combate às desigualdades raciais a partir da implementação da Lei nº 10.639/03 nas escolas municipais de educação básica do município de Iguatu/Ce, bem como está sendo desenvolvida a política educacional com base na Lei 10.639/03 nas escolas públicas no município de Iguatu-Ce. Essa lei é um instrumento para a implementação de políticas educacionais que a partir das suas efetivações, podem se

transformar em ações afirmativas para combater às desigualdades raciais. “Esse tipo de legislação se coaduna com os paradigmas atuais da educação pautados sobre a égide da educação para todos e da educação para a diversidade”. (PEREIRA, et al 2019, p.2)

Destaca-se, ainda, o embasamento no suporte referencial da vigente legislação educacional, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que referencia a legitimidade da educação escolar nos princípios da educação básica em relação a temática étnico-racial. Assim como também tem-se a Base Nacional Comum Curricular como referência fundamental para compreendermos as diretrizes para elaboração dos currículos das escolas.

Conforme GOMES (2017), nos primórdios do terceiro milênio, o Movimento Negro conquista finalmente uma demanda educacional que lutara desde os anos de 1980. Trata-se das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que determinam a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, sendo essas leis norteadoras e, principalmente a Lei 10.639/03 para analisarmos de maneira minuciosa como está ocorrendo a política educacional de combate às desigualdades raciais nas escolas municipais de Iguatu-Ce.

Assim sendo, suscita-se o objetivo de compreender como se dá o desenvolvimento de planos de ações para promoção da educação étnico-racial nas escolas públicas municipais de Iguatu-Ce, notadamente das instituições Elze Lima Verde Montenegro e São Sebastião e, por conseguinte, combate das desigualdades étnico-raciais, considerando, para tanto, a implementação da Lei nº 10.639/03; bem como visa-se analisar a existência ou não de políticas educacionais de combate às desigualdades raciais no município em enfoque, e entender como as escolas municipais da cidade de Iguatu-Ce podem contribuir de maneira efetiva para a prática de combate às desigualdades raciais, além de buscar identificar quais os impactos que a Lei nº 10.639/03 pode causar na comunidade escolar do município em evidência.

Nessa tratativa, cabe elucidar que, historicamente, a população negra no Brasil sofre com as consequências do racismo, preconceito e discriminação, o que implica, por exemplo, na designação de espaços subalternizados nas mais diversas relações, seja de poder, trabalho, educação, entre outras. Quanto ao acesso à educação, essa população tem encontrado sérias dificuldades, sendo que em vários períodos na história do Brasil o direito a educação fora negado a esse povo, inclusive, através de leis proibitórias a exemplo da Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837: “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos” (FONSECA, 2002, p 12).

Devido ao histórico de luta da população negra, mudanças significativas ocorreram nas relações étnico-raciais caracterizando com isso várias conquistas em diversos aspectos. As

conquistas recentes, através da luta dos/as negros/as tem mudado, ainda que lentamente, a realidade, exemplo disso são as ações afirmativas que garante a essa população vários direitos que até então lhes foram negados. Mesmo assim, essas políticas públicas ainda estão longe de sua efetividade, conseqüentemente essas conquistas não chegam de forma concreta a quem lhe é de direito.

Tendo em vista todos esses elementos, essa pesquisa parte da hipótese inicial de que os professores e escolas do município de Iguatu-Ce têm efetivamente implementado a legislação – Lei de nº 10.639/03 e que as escolas e os professores estão bem preparados para fazer com que às políticas educacionais de combate à desigualdade racial sejam efetivadas.

A sociedade brasileira é resultado de um processo profundamente marcado pela opressão contra populações negras e indígenas, resultado de séculos de exploração e escravização. Partindo dessa construção histórica, percebemos que, ainda hoje, a população negra brasileira é submetida ao estigma da inferioridade. Muitas vezes desconsiderando o papel central do povo negro na construção social, política, econômica, cultural, religiosa e educacional do Brasil, o negro foi colocado na condição de subalternizado, posição que não condiz com a sua participação no processo de formação social brasileira, mas que reflete o ideal racista sobre o qual essa sociedade se estrutura.

1.1.5 OS LIBERTOS SEM LIBERDADE

Com o fim do sistema escravocrata, o negro se tornou “liberto”, mas este não encontrou a liberdade necessária para sua ascensão social. Com o trabalho livre assalariado, o negro encontrou grandes dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, uma vez que as oportunidades mais favoráveis estavam voltadas para o branco imigrante, que ocupava os cargos mais elevados nos postos de trabalho, restando apenas o trabalho subalternizado e que necessitava de mão de obra forçada, geralmente serviços pesados que necessitavam de demasiado esforço físico.

Onde a produção atingia níveis altos, refletindo-se no padrão de crescimento econômico e de organização do trabalho, existiam reais possibilidades de criar um autêntico mercado de trabalho: aí, os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados “trabalhadores nacionais”, que constituíam um verdadeiro exército de reserva (mantido fora de atividades produtivas, em regiões prósperas, em virtude da degradação do trabalho escravo) e, principalmente, com a mão-de-obra importada da Europa, com frequência constituída por trabalhadores mais afetos ao novo regime de trabalho e às suas implicações econômicas ou sociais. Os efeitos dessa concorrência foram altamente prejudiciais aos antigos escravos, que não estavam preparados para enfrenta-la. (FERNADES, 2008, p. 31)

Conforme relata o autor, para o negro, o escravizado sem estudo, sem qualificação profissional, era muito difícil ocupar espaço no mercado de trabalho livre, pois havia de

concorrer com trabalhadores europeus que traziam consigo certa qualificação e um conhecimento do qual o colocava a frente do negro. Assim sendo, essa falta de oportunidade de trabalho contribuiu acentuadamente para fomentar as desigualdades racial e social no Brasil.

A segregação aos direitos do negro no Brasil ao longo de sua história foi praticada em todos os aspectos. No aspecto religioso, o negro sofreu discriminação e até perseguição sendo necessária a prática do sincretismo religioso; no aspecto cultural, o negro foi impedido de manifestar muito de sua cultura, inclusive algumas danças, o que não foi diferente no aspecto profissional.

De acordo com Fonseca (2002), a elite imperialista brasileira excluiu o negro do projeto de nação ao criar uma legislação que proíbe o negro de estudar. Um exemplo desse ato extremo foi a Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837, que o presidente da província do Rio de Janeiro, cidade a qual era sediada a capital do Império. Em referência às escolas públicas, o art. 3º da citada lei, afirmava que “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: Os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos” (FONSECA, 2002, p. 12).

A proibição não se restringiu apenas ao acesso à escola. O negro também foi proibido a acessar o mercado de trabalho, quando implementado a Lei de Locação de Serviços. Desta feita, a elite republicana com a ideia de branqueamento da população, intensificou a imigração de trabalhadores europeus que vieram a competir com a força de trabalho nacional. Esses procedimentos adotados pelo Estado Brasileiro evidenciam práticas discriminatórias de espectro racial, impossibilitando a população negra a ter acesso a bens e serviços por ela produzido (NOGUEIRA, 2005).

A escravidão no Brasil já tinha sido abolida nesse período, mas as condições para que o negro liberto tivesse oportunidade de trabalhar e produzir seu sustento e de sua família não lhe foi oferecida. O tratamento dado ao imigrante europeu foi muito diferente, a ele foi ofertado terras para que pudesse nela produzir o necessário para sobreviver e ajudar no crescimento do país, em total disparidade ao tratamento com o negro outrora escravizado.

Também constitui uma das formas de discriminação contra o negro no Brasil que pode ser destacada se refere à moradia. Nas cidades, o negro também passou a morar em locais análogos às senzalas – periferia, barracos, favelas, enquanto o branco em sua maioria passou a residir em bairros nobres, nos grandes centros.

De acordo com Fernandes (2008):

Se lembrarmos que o “elemento negro” saía da escravidão sem formas de vida social organizada, temos aí um sistema de referência suficientemente amplo para indicar o que iria ser, para ele, a vida na cidade. Numa população continuamente lavrada pro

extensas recomposições internas, crescentemente ajustada de modo marginal ou periférico aos centros de interesses econômicos, sociais, e culturais dominantes, e que expunha a mulher aos riscos de se converter no “meio de subsistência” do homem, mas sem as defesas suplementares da família estável e integrada, não existiam probabilidades eficientes de pronta correção dos focos de anomia social. Nela só existiam e medravam, ao contrário, influências favoráveis à perpetuação indefinida e ao agravamento intermitente dos fatores de desorganização da vida pessoal e social do “negro” ou do “mulato”. (FERNANDES, 2008, p. 83).

Essa falta de organização social, muito contribuiu para a prática de discriminação do negro, sua cor da pele por si só já se tornava motivo de preconceitos, e vivendo a margem da sociedade, ele (o negro) estava mais vulnerável a ser discriminado e a sofrer todo tipo de exploração. A superioridade do branco em relação ao negro já se projetava nas relações de trabalho e social nesse período. No processo de urbanização, o cenário de diferença social se tornou mais acentuado.

Os demais grupos étnicos, nacionais ou estrangeiros, também eram portadores de uma herança rural e também a perpetuaram parcialmente. Contudo, eles tiveram chances de se entrosarem, mais ou menos, com as “exigências da situação”, modernizando seus estoques de idéias, de comportamentos ou de valores nas áreas vitais à participação vantajosa nas tendências e nos proventos da urbanização. Estabeleceu-se, portanto, terrível círculo vicioso. A participação marginal e improfícua nos papéis socioeconômicos de real importância estratégica excluía o negro, como “agente” ou como “beneficiário”, do crescimento urbano. Essa exclusão, por sua vez, acentuou e agravou o isolamento econômico, social e cultural do negro, aumentando sua dependência e, provavelmente, o seu apego a uma herança sociocultural imprópria e desvantajosa. Os efeitos acumulativos dessa interação de fatores se encadearam de tal modo que fizeram do elemento negro o único agrupamento humano da cidade em que não se revela um mínimo de sincronização entre as tendências e os produtos da “urbanização”, da “mobilidade social” e da “secularização da cultura”. (FERNANDES, 2008, p. 86 e 87)

A urbanização do país trazia junto à perspectiva do desenvolvimento por meio da industrialização. Nesse cenário, Fernandes (2008) explica que

Em suas explicações, ele separou “os negros da casa grande” dos “negros do eito”. Os primeiros teriam aproveitado “muita coisa” em contato com o branco. Os homens e as mulheres receberam uma educação melhor e ficaram com idéias de vida mais alto. Muitos homens sabiam, até, ler e escrever; todos possuíam melhores maneiras, imitadas dos antigos senhores. Além disso, alguns estabeleceram relações de amizade com os brancos, “quando não eram parentes por concubinato”, convertendo-os, portanto, em protetores quase certos. As mulheres, por sua vez, aprenderam muita coisa sobre a administração de uma casa, sabendo cuidar dos serviços domésticos, da cozinha à costura. Abolida a escravidão, esses elementos tinham maiores probabilidades de encontrar melhores colocações que os outros. (FERNANDES, 2008 p. 93)

A resistência sempre foi um fato marcante ao longo da história brasileira, a população negra – homens e mulheres lutaram historicamente na busca pela liberdade plena, pelo acesso a direitos e contra a discriminação racial. Mário Lisboa Theodoro, diretor de cooperação e Desenvolvimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ressalta bem a luta da população negra no Brasil.

A questão racial parece estar novamente se consolidando no Brasil como um efetivo tema de debate, envolvendo segmentos distintos e divergentes de nossa sociedade. Ainda que timidamente, assuntos relacionados à negritude, ao racismo e ao preconceito voltaram a freqüentar a agenda política nacional. Isso não se via desde os idos embates sobre a Abolição, ocorrido na segunda metade do século XIX. De lá para cá, o silêncio, acobertado pela ideologia da “Democracia Racial”, tomava invisível temática, negando a existência do problema, e assim, a interlocução e o debate foram proscritos. Não obstante existência de organizações de resistência, como a Frente Negra, nos anos 30, e o Teatro Experimental do Negro, nos anos 50, a temática racial mantivera-se inerente, circunscrevendo-se apenas a esses segmentos. Não era objeto de reflexão acadêmica, salvo raras exceções, caso, por exemplo, de Manoel Bonfim, Florestan Fernandes e outros poucos autores. O Brasil atravessava o século XX negando o racismo e a desigualdade racial e reafirmando a vigência da Democracia Racial. Até os anos 70 esse era o mote. (BERTOTTI, 2014, p.15)

A respeito da retomada do movimento negro nesse período, Mário Lisboa Theodoro deu sua contribuição para a cartilha Igualdade: Faz a Diferença, uma publicação de responsabilidade da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo da CUT, com o seguinte relato:

O ressurgimento do movimento negro, no final dos anos 70 foi um marco. A época era de início do processo de redemocratização do país e os diferentes segmentos sociais ganhavam voz. A criação do Movimento Negro Unificado significou a retomada de uma luta secular. A luta contra o racismo, o preconceito e a discriminação racial ampliava o espectro da própria redemocratização, na medida em que incorporava o elemento racial ao debate político. Esse parece ser um aspecto pouco reconhecido no que tange à importância do movimento negro: ao engendrar no conjunto das reivindicações democráticas a questão racial, os ativistas negros proporcionaram maior consistência e significado à luta política. Democracia plena pressuporia, assim, o enfrentamento do racismo, do preconceito e da discriminação racial. (BERTOTTI, 2014, p.15/16)

O negro precisou encampar diversas lutas para que seus direitos fossem conquistados. Nada se deu por acaso, tudo o que se tem garantido por direito a população negra brasileira foi fruto de inúmeras organizações e de movimentos de negros que durante décadas derramaram suor e sangue em busca do seu reconhecimento na condição básica de humanidade.

1.1.6 OS AVANÇOS E CONQUISTAS DA POPULAÇÃO NEGRA

Com a implantação de políticas públicas de ações afirmativas, criadas pelo Governo Brasileiro nos últimos anos, entre elas as que se referem às questões raciais, foi garantida ao negro a oportunidade de participar mais efetivamente do processo de construção de ações concretas que ofereçam a eles direitos essenciais.

Durante o Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a população negra conquistou espaços importantes de reconhecimento a sua cidadania. Houve, por parte governamental, certa sensibilidade diante das lutas históricas dos movimentos negros, reconhecendo que, ao longo da história desse país, o povo negro teve seus direitos negados, direitos econômicos, sociais, culturais, étnicos e porque não dizer: direito à cidadania, mesmo

diante de toda segregação dos seus direitos, a população negra procurou se organizar e continuar a luta constante em busca de cidadania.

A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, em 21 de março de 2003, pelo Governo Federal, foi um marco importante para a população negra no Brasil. Com a criação da Seppir o governo brasileiro reconhece a existência do racismo e se compromete a construir caminhos para a superação dessa situação que tanto compromete a qualidade de vida da população negra.

A partir da criação da Seppir, foram desencadeados inúmeros instrumentos legais visando a tornar real a igualdade de oportunidade para todos e todas. Foram e continuam sendo realizadas conferências⁴ para discutir a problemática das questões raciais, o que se nota de suma importância nesse processo é a participação da população negra ocupando esses foros de debates, em que se constroem juntos (governo e sociedade) caminhos que permitam minimizar as desigualdades sociais e, mais especificamente o fim do preconceito e do racismo no Brasil.

Com a criação da Seppir, em 2003, o Estado brasileiro deu um salto de qualidade ao assumir a existência dos processos de exclusão social baseada em práticas de racismo e de discriminação racial vigente no país. E criando, em contrapartida, um organismo que, na administração pública, passasse a coordenar e articular as políticas públicas, junto com vários outros ministérios, para superá-los.

O Estatuto da Igualdade Racial é uma dessas políticas afirmativas de suma importância para o reconhecimento da importância do negro na sociedade brasileira. Nele estão contidos direitos constitucionais, que apesar de estar na Constituição Brasileira, para ser efetivado necessitava de regulamentação específica, com a criação desse estatuto, direitos a educação, saúde, cultura, lazer, esporte, etc. são mais garantidos para a população negra.

Esses instrumentos legais criados pelo Governo Federal referendam a constante luta encampada pela população negra perpassada por gerações. Marcelo Dias faz um importante relato a respeito desses instrumentos:

Reconhecemos como importante a criação da Seppir, a Lei nº 10.639/03, o Decreto nº 4.887/03 (sobre as comunidades quilombolas), a constituição da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e do Estatuto da Igualdade Racial, durante o governo Lula. Isso aliado à política de apoio, parceria e cooperação concreta com o africano e o Haiti. Importante também tem sido a promoção de diversas personalidades e militantes às funções ministeriais, o que contribuiu para a autoestima da população negra em nosso país. Um ponto forte de ação da Seppir em conjunto com o Conselho

⁴ <https://brazil.unfpa.org/pt-br/conferencia-de-durban#:~:text=%C3%89%20uma%20agenda%20inovadora%20e,de%20racismo%20e%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20racial>.

É uma agenda inovadora e orientada para a ação para combater todas as formas de racismo e discriminação racial.

Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR) foi a realização de duas Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), em 2005 e 2009. O principal resultado desses encontros foi o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir) aprovado por meio do Decreto 6.872, em 4 de junho de 2009. (RIBEIRO, 2012, p.108)

A criação desses instrumentos e dessas leis foram importantes, porém, pouco valeria se não existisse uma tomada de consciência da população brasileira, especialmente da população negra para construir de fato a sua cidadania. A começar pela ocupação dos espaços de discussão que viabiliza ao negro a oportunidade de participar diretamente do processo de construção de uma pauta efetiva no combate ao preconceito e a discriminação racial existente no Brasil.

A presença do negro nos fóruns de debates que discute as políticas voltadas para a população negra sinaliza uma quebra de paradigma, além de reparar uma dívida histórica com essa população que sempre esteve ausente das discussões e das tomadas de decisões relacionadas aos seus interesses.

1.1.7 A PESQUISA: O OBJETO E A METODOLOGIA APLICADA

O presente trabalho tem como área de investigação a cidade de Iguatu, localizada no interior do Ceará, mais precisamente na Região Centro-Sul, área territorial de 992,208 km² e população estimada de 103.633 habitantes (IBGE, 2022). Foram escolhidas duas escolas públicas municipais do município supramencionado, sendo uma na zona urbana e outra na zona rural, qual sejam: E.E.F. Elze Lima Verde Montenegro e E.E.F. São Sebastião.

Para a condução da pesquisa, fez-se necessária a realização de estudos acerca da temática cerne, dentro de um cronograma pré-estabelecido, orientando-se, a partir de uma pesquisa teórica qualitativa, tomando como base bibliografias consagradas no eixo da temática cerne, destacando-se a revisão sistemática como estratégia inicial de investigação do tema em pauta.

Os métodos para elaboração da revisão sistemática se deram de acordo com as seguintes etapas: elaboração da pergunta de pesquisa; busca na literatura; seleção de produções científicas; avaliação da qualidade metodológica e avaliação da qualidade das evidências (GALVÃO; PEREIRA, 2014).

No que concerne aos objetivos, o presente trabalho caracteriza-se como Pesquisa Exploratória, sendo que, para a realização desse tipo de pesquisa, podem ser utilizados o levantamento bibliográfico e/ou documental bem como entrevista e/ou estudos de caso (GIL, 2008).

No tocante aos procedimentos técnicos, trata-se de uma Pesquisa Bibliográfica em associação a um Estudo de Campo, posto que, conforme já explicitado, tanto é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, como também visa o aprofundamento de uma realidade específica, realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado para captar as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade (GIL, 2008). A pesquisa foi realizada a partir de um trabalho de campo em que foram buscadas as respostas para as perguntas aqui já elencadas.

A produção de dados foi realizada, inicialmente, através de visitas à Secretaria de Educação do Município de Iguatu-Ce e às escolas municipais de ensino fundamental que foram selecionadas, neste momento foi solicitado o acesso a documentos oficiais das escolas (atas de reuniões, Plano Político Pedagógico e projetos interdisciplinares) relacionados à política educacional, com base na Lei 10.639/03. Sendo que tais solicitações foram feitas através de requerimentos específicos.

Dando sequência a esse trabalho na produção de dados através de entrevistas aos professores, estudantes e coordenação pedagógica nas escolas que foram objetos da pesquisa, esse trabalho foi orientado a partir de um questionário com perguntas subjetivas a respeito da política educacional de combate às desigualdades raciais. Após a realização das entrevistas, elas foram transcritas na íntegra. Em seguida, deu-se início ao processo de análise dos referidos dados, para então serem sistematizados e descritos no corpo do trabalho.

Os objetos de pesquisa foram duas escolas, conforme citado anteriormente, sendo a Escola de Ensino Fundamental Elze Lima Verde, localizada na sede do município, com um corpo discente de 501 estudantes, e um corpo docente de 27 professores e a Escola São Sebastião, localizada no Distrito de Barro Alto, zona rural, com 250 estudantes e 14 professores. Dentre os professores, estudantes e coordenadores das duas escolas foram escolhidos um total de 20 (vinte) para serem entrevistados por mim, sendo três professores, a coordenadora pedagógica e oito alunos da Escola Elze Lima Verde e dois professores, a coordenadora pedagógica da Escola São Sebastião. Foi solicitado a todos os(as) entrevistados(as) termo de consentimento, escrito, inclusive devidamente assinado por todo(as) entrevistados(as).

Todo esse processo de pesquisa ocorreu no ano de 2022, iniciando com visitas à Secretaria Municipal de Educação, onde foram obtidas informações preliminares a respeito da estrutura educacional no município de Iguatu-Ce. No ano de 2022, o município contava com quarenta e quatro escolas públicas de ensino fundamental em funcionamento, com cerca de onze mil alunos(as) matriculados nessas escolas. Diante dessas informações, foi optado fazer um recorte para realizar a pesquisa em duas escolas com diferentes realidades possíveis, sendo

uma na zona urbana e outra na zona rural do município. Foi então que a Sra. Maria Vilauba Araujo Santos sugeriu as referidas escolas, o que foi prontamente acatado.

Durante os meses de agosto e setembro de 2022, foi realizado o ciclo de entrevistas. Inicialmente, ocorreu a entrevista com a coordenadora pedagógica da Escola Elze Lima Verde, em seguida, com os professores e depois com os alunos da referida escola. Dando continuidade ao processo de coleta de dados, foi realizado o mesmo procedimento com a Escola São Sebastião, sendo realizadas entrevistas com a coordenadora pedagógica e com as professoras previamente selecionadas. Obtendo, por conseguinte, o material necessário para a realização deste trabalho.

Foi, ainda, considerado importante buscar informações que mostrassem dados do Estado do Ceará e também do município de Iguatu com o fito de situar os leitores no contexto da pesquisa, bem como contribuir para melhor entender esse território na dinâmica do combate às desigualdades raciais. Neste sentido, o capítulo seguinte traz com detalhes, a trajetória de luta, resistência e conquistas do povo negro que viveu e ainda vive nessa região.

Oportuno elencar que, no que concerne às questões éticas, o trabalho foi devidamente submetido ao Comitê de Ética da FLACSO Brasil, sendo liberado sob o Parecer de número 108/2022, e tendo tomado sempre como parâmetro as resoluções 466/12 e 510/16, que respaldam a pesquisa com seres humanos, assegurando a ética e o sigilo das informações e da identidade, protegendo os participantes de qualquer tipo de risco ou dano.

CAPÍTULO 2 – CONHECENDO O MUNICÍPIO DE IGUATU E O ESTADO DO CEARÁ: AS RELAÇÕES COM A HISTÓRIA DA POPULAÇÃO NEGRA

No capítulo I, foi realizada uma abordagem mais geral em relação às desigualdades raciais e sociais no Brasil, bem como as formas de combate a essas desigualdades apresentadas, notadamente no que diz respeito às práticas educacionais que emergiram a partir da Lei 10.639/03. Neste segundo capítulo, será dada maior ênfase em elucidar os aspectos da temática cerne do trabalho, enfatizando, de forma associada, o Estado do Ceará, o município de Iguatu e as escolas que constituem o objeto de pesquisa.

Com efeito, no presente capítulo, consoante se abstrai do título, é apresentada a caracterização territorial na qual esse trabalho está inserido. Nesse sentido, de início, são elencados dados referentes ao Estado do Ceará e, em seguida, é apresentado o histórico da cidade de Iguatu-Ce. São também apresentadas as escolas que constituem equipamento de pesquisa, fazendo uma abordagem dos seus contextos histórico, estrutural, administrativo e

alguns materiais encontrados na instituição, assim como relatados quem são os/as professores/as colaboradores/as da pesquisa.

Nessa perspectiva, faz-se mister conhecer um pouco a história desse estado no que concerne às questões étnico-raciais, bem como a relação com a educação de sua população, principalmente os povos pretos e pardos.

O Estado do Ceará está localizado na Região Nordeste do Brasil, sua extensão territorial é de 148.886 km², tendo parte do seu território denominado litoral sendo que o sertão é predominantemente a maior parte desse território. Sua população é de 8,9 milhões de habitantes, distribuídos nos 184 municípios que forma esse Estado. O município de Iguatu constitui um deles, sendo este o recorte territorial desta pesquisa, conforme anteriormente já explicitado.

De acordo com dados disponibilizados pelo IBGE, o Ceará é o oitavo estado mais populoso do Brasil.

O **Ceará** tem 8.936.431 **habitantes**, conforme prévia do Censo **2022**, divulgada nesta quarta-feira, 28, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São 484.050 **habitantes** a mais que o registrado no último Censo realizado, em 2010. Com isso, o Estado segue sendo o oitavo mais populoso do Brasil. 28 de dez. de 2022. (IBGE, 2022)

Nessa esteira, faz-se oportuno apresentar o âmbito analisado, consoante pode ser verificado no mapa que se segue:

Imagem 1: Mapa do Estado do Ceará



Fonte: Seplag – Secretaria do Planejamento e Gestão. IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará⁵.

O Ceará é também chamado de Terra da Luz, isso devido ter sido pioneiro na libertação de escravizados no Brasil no período escravocrata. A província do Ceará foi a primeira no Brasil a abolir a escravidão, no dia 25 de março de 1884 quatro anos antes da Lei Áurea de 13 de maio de 1888, quando foi abolida a escravidão no Brasil. É importante ressaltar que em janeiro de 1883, portanto, um ano antes, na Vila de Acarape, hoje Redenção, todos os 116 escravizados foram alforriados.

Nesse sentido, considerando o contexto da época, em que no Brasil os movimentos abolicionistas estavam crescentes, ganhando força, bem como os grupos de resistência, a província do Ceará deu uma contribuição significativa nesse processo, servindo como exemplo para o restante do país.

No período colonial brasileiro, assim também como na maior parte do período Imperial, o regime escravocrata foi predominante no sistema produtivo, portanto, em todo o território brasileiro a escravidão era legalizada, inclusive a comercialização do negro, sendo operacionalizado o tráfico dessa população, que ocorrera no cenário internacional, bem como internamente entre províncias.

⁵ Disponível em: <https://www.anuariodoceara.com.br/regioes-de-planejamento-do-estado-do-ceara/regioes-de-planejamento-mapa/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

Nesse contexto do tráfico de escravizados, a província do Ceará teve sua importância levando em consideração sua posição geográfica, com uma grande área de litoral, portanto, propiciou a entrada de escravizados vindos do continente africano através das embarcações – os chamados navios negreiros. Para além do tráfico internacional, o litoral cearense também serviu ao tráfico interprovincial de escravos.

Sobre esse assunto Edson Barboza faz a seguinte citação:

Após a proibição do tráfico transatlântico de africanos, em 1850, um dos recursos utilizados pela grande lavoura para suprir suas necessidades por trabalhadores foi a comercialização de “peças” internamente. As plantações de café estavam em plena expansão no Vale do Paraíba e em direção ao Oeste paulista, exigindo braços que, por um tempo, foram obtidos através do tráfico interprovincial. (BARBOZA, 2011, p.1)

Barboza ainda enfatiza que

As galinhas dos ovos de ouro foram Províncias do Norte do Império: Pernambuco e Bahia, que desde a primeira metade do século XIX viam a decadência do açúcar; o Maranhão, com a crise na cultura do algodão, na década de 1870, e o Ceará, Província mais afetada pela grande seca de 1877. (BARBOZA, 2011, p.1)

Ainda sobre a comercialização interprovincial de escravizados, Barboza (2011) atribui a uma crise econômica devido a escassez de alimentos, além da mortalidade do gado por causa da seca, potencializando, com isso, o tráfico interno na Província do Ceará.

Abriramse alguns escriptórios de compra de escravos para se aproveitarem torpemente do ultimo recurso que restava ao infeliz matuto. A mercadoria era comprada por baixo preço; as peças custavam às vezes duas saccas de farinha ao magarefe italiano, que affrontava os perigos das longas travessias. Sahiram durante o anno de 1878, pelo porto de Fortaleza 2.909 escravos para o Sul do Império. Era um quadro desolador o embarque d'esses desgraçados. Todos uniformizados de fazenda azul de algodão, acompanhados pelo corretor (TEÓFILO, 1922: 250; Apud BARBOZA 2011, p.4)

Foi então, nesse período que um homem habilidoso com suas embarcações (jangadas) em alto mar, resolveu mudar sua história e porque não dizer, a história da província do Ceará! Neste sentido, o então marinheiro – filho de pescador, portanto, conhecedor dos mares alencarino, tomou posição contrária a ordem (tráfico de escravos entre as províncias brasileiras) e se tornou membro do movimento abolicionista, inclusive tomando a frente da resistência ao tráfico de escravos.

Foi então que tomou a atitude de liderar as chamadas greves dos jangadeiros, movimento já existente nesse período na província do Ceará, proibindo assim, que suas embarcações transportasse o povo negro escravizado e servindo de inspiração para outros tantos jangadeiros que aderiram ao movimento. Essa atitude de coragem a confrontar os interesses dos senhores que lucrava com a compra e venda de escravos lhes rendeu destaque, sendo que até os dias atuais é lembrado, reconhecido como um herói da luta abolicionista não somente no Ceará, mas também no Brasil. Em reconhecimento aos seus atos de bravura e coragem, lhes deram o Título de Dragão do Mar.

Esse importante personagem da História abolicionista no Brasil recebeu reconhecimento pela sua bravura, sendo imortalizado nos anais da História de luta e resistência contra a escravização do povo negro. Quem foi esse ilustre homem? Francisco José do Nascimento, também conhecido como Chico da Matilde, nasceu em 1839 em Canoa Quebrada, parte da cidade de Aracati, no Ceará. Mestiço e filho de pescador, viveu pro mar. Foi catraieiro, trabalhou na construção do porto de Fortaleza, entrou para a Marinha e foi Prático da Capitania dos Portos – um tipo de guia de navegação para locais com condições específicas – até sua demissão em 1881.

Imagem 2: Francisco José do Nascimento (Chico da Matilde – Dragão do Mar)



Fonte: arquivo virtual⁶

Tal bravura não se restringiu apenas as ações ocorridas nesta província, as greves dos jangadeiros cearenses, serviu de inspiração e motivação para outras províncias. O movimento abolicionista em todo o Império ganhava força e o que acontecia na província alencarina simbolizava a resistência do povo que embora escravizado, não aceitava passivamente as condições que lhes eram impostas.

2.1 CEARÁ: PRIMEIRA PROVÍNCIA A LIBERTAR SEUS ESCRAVIZADOS

Esse acontecimento histórico que ocorrera na Província do Ceará quatro anos antes da Lei Áurea, foi importante no processo da luta abolicionista que tanto marcou a população negra brasileira. Neste sentido, tornar viva a memória desse dia histórico foi e sempre será de grande relevância para o reconhecimento do grande feito na Província do Ceará. Foi então que o Governo do Estado do Ceará decidiu criar através de uma lei um feriado estadual em alusão a essa data. Portanto, o feriado da Data Magna foi instituído em 6 de dezembro de 2011 por lei

⁶ Disponível em: <https://expressinha.com/wp-content/uploads/2022/09/1-draga%CC%83o-do-mar.jpeg>. Acesso em: 10 mar. 2023.

publicada no Diário Oficial do Estado, para celebrar a **abolição dos escravos no Ceará**. A província foi a primeira do Brasil a libertar os escravos, no dia 25 de março de 1884, embora o País tenha sido o último das américas a abolir a escravidão.

O Jornal O Povo, destacou em edição do dia 21 de março de 2019 a seguinte matéria: *Ceará foi a primeira província brasileira a libertar os escravos, 23:10 | Mar. 21, 2019.*

Imagem 3: Negro escravizado sendo castigado na Senzala



Redenção foi o primeiro município do Ceará a alforriar escravos (Fonte: Aurélio Alves/O POVO)

Pouco mais de um ano antes do Ceará abolir a escravatura, mais especificamente em 1º de janeiro de 1883, a Vila do Acarape teve o dia marcado pela entrega de 116 cartas de alforria. José do Patrocínio e outros abolicionistas estavam presentes no ato que ocorreu em frente à igreja Matriz. Acarape é hoje o município de Redenção. Os escravos libertos passaram a procurar formas de se reintegrar à sociedade. Muitos fugiram para o quilombo na Serra do Evaristo, em Baturité. Com medo de serem perseguidos, lá eles acreditavam estar seguros da fragilidade da alforria. Outros partiam para Fortaleza, de carta na mão, e viajavam em busca das suas famílias. Havia também a parcela de libertos que não tinha família e que não queriam se refugiar nos quilombos. Dos que já estavam acostumados com a rotina escravista, entraram em acordo com os senhores e passaram a prestar serviço remunerado. Redenção tem seus símbolos da libertação, como os museus que guardam o pouco dos documentos ainda preservados e a memória escravista em prédios históricos, casa grande e senzala - hoje destino de turistas.⁷

Tal fato constitui um marco histórico para o estado do Ceará, contudo ressalta-se que o feito não anulou a existência de percalços no que concerne à luta antirracista. O povo negro ainda teve, e tem, muitos entraves no seu cotidiano, que constituem negativos fardos carregados, heranças históricas que nada mais são do que consequência de um passado repleto de injustiças.

⁷ Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2019/03/21/data-magna-ceara-feriado-entenda-surpresa-segunda-feira-25-marco-25-03.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

2.1.2 UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

O Estado do Ceará foi reconhecido pela importância de ter sido pioneiro na abolição dos escravos no Brasil. Não somente com a criação da do feriado do dia 25 de março, mas também com a implementação da UNILAB na cidade de Redenção. Tal reconhecimento veio através de um gesto do Governo Federal que no dia 20 de julho de 2010, fundou a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, sendo esta uma instituição de ensino superior pública federal brasileira, sediada na cidade de Redenção, no estado do Ceará.

Imagem 4: Alunos na entrada da UNILAB



Imagem 5: Vista frontal da UNILAB

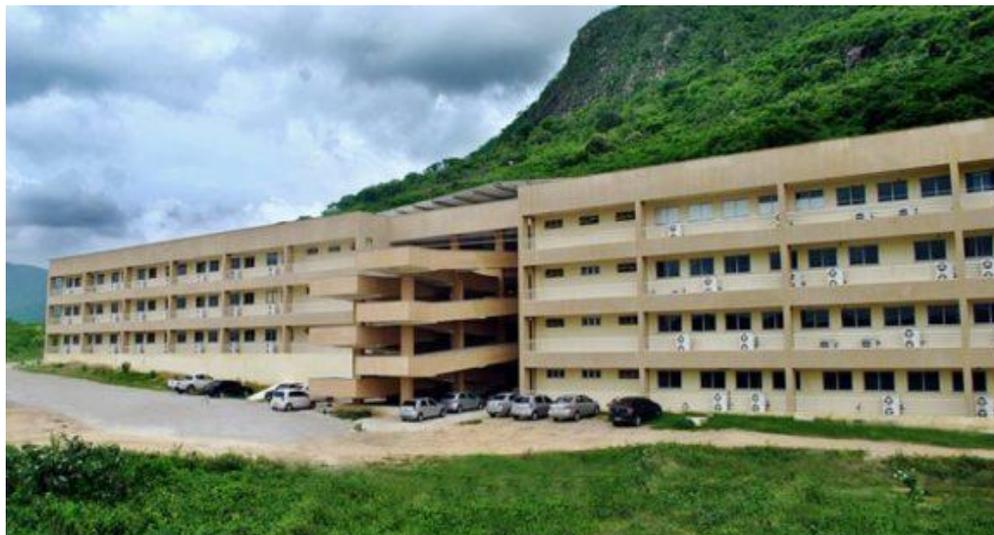


Imagem 6: Alunos em Sala de Aula da UNILAB



Fonte: arquivo virtual.⁸

2.1.3 A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ: ALGUNS DADOS

Segundo o Ideb 2021, o Ceará permaneceu com o melhor resultado do Brasil nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e conquistou o 2º lugar nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)⁹.

Com a união entre o Estado e os Municípios, a educação pública de ensino fundamental cearense é uma das grandes referências na qualidade educacional do país. Os bons resultados estão relacionados a políticas públicas e à qualidade da gestão educacional que avançaram na última década, superando estigmas e preconceitos.

Conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2021, mesmo diante da pandemia, a rede pública cearense permaneceu com o melhor resultado do Brasil nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e conquistou o 2º e 3º lugar nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e do Ensino Médio, respectivamente.

Nas duas etapas do Ensino Fundamental, o Ceará tem o melhor resultado do Nordeste, de acordo com o Ideb. A rede pública cearense também superou a meta proposta pelo MEC. Nos anos finais, o Ceará seguiu no topo com nota 5,3, ultrapassando a projeção para 2021 (4,8).

⁸Disponível em: <https://cutt.ly/2weBMUzK>. Acesso em: 23 fev. 2023

⁹Disponível em: <https://cutt.ly/jweBMHa4>. Acesso em: 05 abr. 2023

Nos anos iniciais, o estado obteve 6,1 pontos, superando em 1 ponto a meta estabelecida pelo MEC. Com esse resultado, o Ceará saiu da terceira posição e conquistou o segundo lugar no ranking nacional, ficando atrás apenas de Santa Catarina (6,2).

Além disso, 30 municípios e 87 escolas estão entre os 100 melhores resultados do Ideb dos anos iniciais do Ensino Fundamental. As 10 melhores escolas são do Ceará. Já nos anos finais, 25 municípios e 70 escolas estão no ranking dos 100 melhores resultados do país. Entre as 10 melhores escolas, oito são do Ceará.

O Estado ganhou uma posição em relação ao desempenho no Ensino Médio, ocupando agora o terceiro lugar. Das 10 melhores escolas do País, apenas duas são do Ceará. O Colégio Militar de Fortaleza, que obteve nota 7,0 no Ideb, aparece em 5º lugar. A Escola de Ensino Profissionalizante Adriano Nobre, na cidade de Itapajé, aparece na 10ª posição, com nota 6,8.

O diagnóstico do Ideb permite a continuidade do trabalho de “recomposição das aprendizagens” com o auxílio do programa Ceará Educa Mais¹⁰, organizado em oito eixos para que os alunos concluam a Educação Básica com habilidades previstas para essa etapa de ensino.

O Censo Escolar de 2021 mostra os detalhes dos números de estudantes matriculados na educação pública do Estado do Ceará por raça/cor, vejamos:

Raça/Cor	Número de estudantes
Branca	281.594
Preta	21.227
Parda	1.247.390
Amarela	4.272
Indígena	9.983
Não declarada	559.157
Total	2.123.623

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.1.4 TERRITÓRIO DA PESQUISA: CIDADE, INSTITUIÇÃO ESCOLAR E COLABORADORES/AS DA PESQUISA

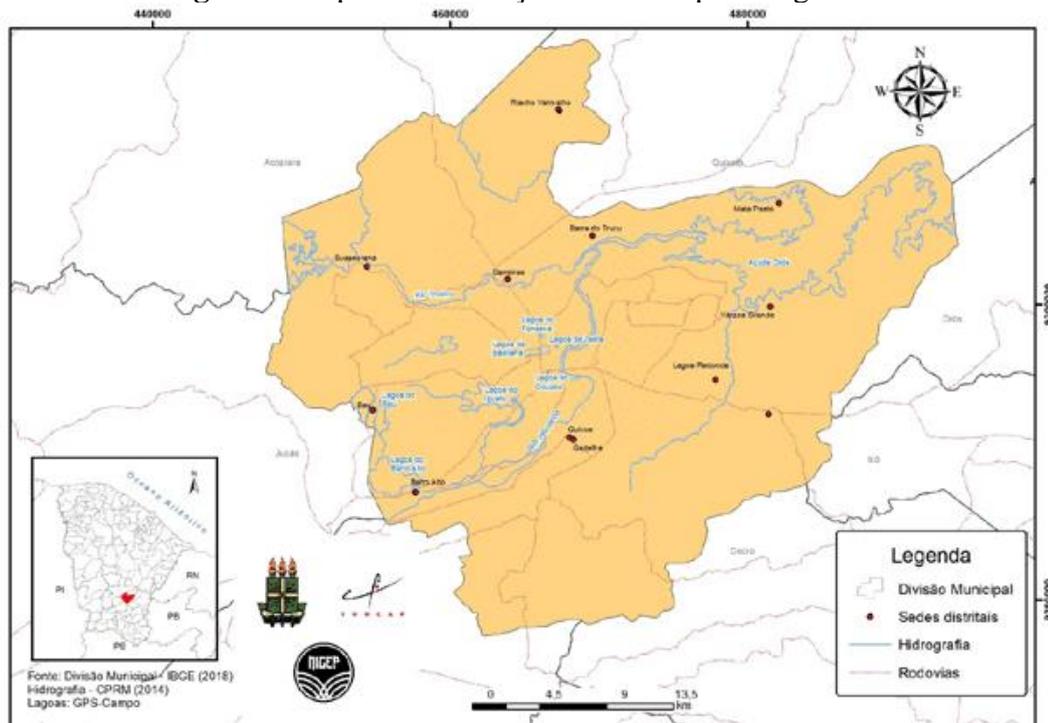
O município de Iguatu, está localizado no interior do Estado do Ceará, na região Centro Sul do estado, a aproximadamente 400km da Capital, Fortaleza, sendo a maior cidade da região,

¹⁰ Disponível em: www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/05/programa_ceara_educa_mais.pdf
Acesso em: 02 fev. 2023.

com uma população de mais de cem mil habitantes de acordo com os dados estimados do IBGE no censo 2022. Iguatu não é a cidade mais antiga da região, apesar de ser a maior.

O município de Iguatu faz limites com os municípios, de Acopiara, Cariús, Cedro, Icó, Jucás, Orós e Quixelô. A área territorial de Iguatu ocupa 992,208km² [2021], desse espaço, uma grande parte vem sendo ocupada por construções, a maioria residenciais.

Imagem 7: Mapa de localização do município de Iguatu-Ce



Mapa de Localização do município de Iguatu e suas lagoas, região centro-sul do Ceará.

Fonte: IBGE (2019); CPRM (2014).

O território onde hoje se encontra o município de Iguatu teve início de sua colonização em meados do século XVII, quando as missões expandiam sua força na região, assim como nas demais terras brasileiras. No entanto, esse lugar já era habitado pelos indígenas Quixelôs. De acordo com a socióloga e antropóloga Marlene Quixelô (2017), mulher indígena, os povos Quixelôs permaneceram livres por cerca de 200 anos, pois enquanto os demais povos originários eram explorados e colonizados a partir do ano de 1500, só “por volta de 1700 nosso povo e mais outros povos dos sertões do Ceará começam a sofrer com os impactos das colonizações” (p. 107).

Mostra-nos a história que houve muitas lutas envolvendo os povos originários e os colonizadores, e na tentativa de pacificação, deu-se início nessas terras o processo de aldeamento, foi então que surgiu o aldeamento denominado de Telha, que posteriormente passaria se denominar o nome de Iguatu, em tupi significa "água boa" ou "rio bom".

Em 1831, tornou-se Distrito de Telha. Em 20 de outubro de 1833, o distrito Telha teve seu nome mudado para Iguatu. Em 1850 foi elevado à categoria de Vila. e em 21 de agosto de 1874, tornou-se cidade. Com a expansão colonizadora, Iguatu também foi um território em que o processo de escravização ocorreu. Infelizmente, quase não há registros desse período na história da cidade. Até o ano de 1851, Iguatu fazia parte do município de Icó.

De acordo com Funes (2004, p. 105), em meados do século XVIII houve um grande crescimento das lavouras algodoeiras. O autor destaca que nesse período “acentuou-se uma demanda de mão-de-obra configurando-se uma maior presença do trabalhador livre, como também do escravo africano” (p. 105), graças a essa prática Iguatu ficou bastante conhecida por ser uma região em que a cultura algodoeira predominou durante muitos anos.

Nesse sentido, é possível afirmar que a presença dos escravizados foi existente no município de Iguatu, sendo que, no ano de 1860, Telha possuía uma mão-de-obra de 1.014 escravizados, no entanto, nos anos posteriores não há registros.

Outro fato que deixa evidente a presença de pessoas escravizadas no município de Iguatu foi a construção do açude do governo, que segundo os moradores do distrito José de Alencar, a parede foi levantada em 1880. O açude foi uma das primeiras estruturas públicas do município produzida através da mão-de-obra escrava, conforme está relatado em uma matéria jornalística do Jornal Diário do Nordeste de 29 de novembro de 2018. A parede possui aproximadamente seis metros de altura e continua preservada, sem nenhuma alteração desde que foi erguida.

Imagem 8: Açude do Governo em Iguatu



Legenda: O paredão tem cerca de seis metros de largura. Em um lado tem corte linear, mas na face oposta apresenta forma triangular

Foto: HONÓRIO BARBOSA

O Censo Escolar de 2021 mostra os detalhes dos números de estudantes matriculados na educação pública do município de Iguatu-Ce, por raça/cor, vejamos:

Raça/Cor	Número de estudantes
Branca	4.989
Preta	129
Parda	10.673
Amarela	28
Indígena	6
Não declarada	6.202
Total	22.027

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.1.5 A INSTITUIÇÃO: ESCOLA SÃO SEBASTIÃO, LOCALIZADA NO DISTRITO DE BARRO ALTO, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO

A Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental São Sebastião fundada em 02 de fevereiro de 1982 funcionando com (1) uma cantina, (1) uma diretoria, e (2) duas salas de aula, a modalidade de ensino oferecida era o ensino fundamental I. Com o crescimento da população e a necessidade educacional na comunidade a escola foi ampliada com mais (2) duas salas de aula funcionando com ensino fundamental I, anos depois foi implantado o tele ensino, iniciando com a 5ª série, as turmas iam sendo implantadas de acordo com a necessidade da população.

Em 1994, a instituição passou novamente por uma reforma, nesse período a escola já funcionava da Educação Infantil ao Ensino Fundamental II. No período de 2008 a 2009 a escola passou pela maior das reformas, foi reformada a estrutura que já existia e ampliado com (2) duas salas de aula, diretoria, Pátio coberto, a construção de (3) três banheiros.

A escola, que é térrea e 1º andar, dispõe de (8) oito salas de aula, incluindo informática, multimeios, (1) uma diretoria, (1) uma secretaria, (1) uma cantina, (1) um depósito de merenda, (1) um depósito de material de limpeza, (1) um galpão coberto, uma área para o professor, (5) cinco banheiros, (2) dois de funcionários, (2) dois de alunos e (1) um para deficiente.

A instituição, que funciona nos turnos manhã e tarde, tem um grupo de professores qualificados, entre graduados e pós-graduados, núcleo gestor completo, (3) três agentes administrativos e (13) treze funcionários distribuídos em outras funções. Atualmente, conta com 251 alunos matriculados na faixa etária de 2 a 14 anos, cuja situação socioeconômica é de classe baixa e média, e que estão distribuídos na educação infantil, ensino fundamental I e II.

Imagem 9: Fachada da Escola São Sebastião



Imagem 10: Sala de Aula



Imagem 11: Biblioteca



Fonte: Arquivo da Escola.

2.1.6 APRESENTANDO AS PROFESSORAS COLABORADORAS DA PESQUISA

Inicialmente, foi realizada uma visita à escola, onde, na oportunidade, foi conversado com a diretora Joana Dias de Oliveira. Foi explanada a pesquisa e seu objetivo, e informado acerca da necessidade de entrevistas com professores para coletar dados. Foi, então, que foram apresentadas duas professoras, as quais realizaram as entrevistas.

Professoras colaboradoras da pesquisa:

Professora	Auto declaração da cor	Formação Acadêmica	Tempo de trabalho na educação
Alexandra	Preta	Pedagoga	20 anos
Carminha	Branca	Pós-graduada em Gestão	25 anos
Fransquinha	Branca	Pedagoga	15 anos

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.1.7 A INSTITUIÇÃO: ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL ELZE LIMA VERDE MONTENEGRO, LOCALIZADA NA SEDE DO MUNICÍPIO, ZONA URBANA

A Escola de Ensino Fundamental Integral Elze Lima Verde Montenegro, localizada na Avenida Dário Rabelo, s/n, Bairro Cocobó, Iguatu/Ceará foi inaugurada em 29 de janeiro de 1977. A princípio, a escola atendia com poucas salas de aula, conhecida como Escola de 1º grau.

Localizado em uma região com muitas carências sociais, a Escola de Ensino Fundamental Integral Elze Lima Verde Montenegro sempre foi palco para ajuda e contribuição social das comunidades à sua volta. No ano de 2004, nas grandes enchentes que ocorreram no município de Iguatu, à escola foi Sede e ponto de apoio para as famílias desabrigadas, pois sua localização geográfica é bem situada nos pontos mais altos da cidade. Conhecido como Alto da Bonita, hoje localizado os bairros Santo Antônio e Cocobó.

A escola sempre esteve integrada a vários projetos educacionais presentes na educação municipal de Iguatu, como amigos da leitura, Agente do Bem, Programa Educacional de Resistência às drogas e a violência e o Programa Mais Paic, este último, até hoje amplia as aprendizagens e promove um processo avaliativo das mesmas.

A unidade escolar desde 2007 participam do Sistema de Avaliação Permanente do Estado do Ceará - SPAECE. Por muitos anos obteve alguns resultados negativos, que vem mudando de forma bem significativa nos últimos 4 anos, chegando a estar entre as três melhores

em resultados externos em língua portuguesa do 5º e 9º ano, no ano de 2019 e nível adequado nas turmas de 2º anos por dois anos consecutivos.

No ano de 2020, passando por um período pandêmico da COVID-19, começaram a atender os alunos do Conjunto Residencial Dom Mauro, ampliando a abrangência quantitativa de alunos, buscando superar barreiras com um sistema de aulas remotas em todas as turmas, por conta do distanciamento social. Todos os professores no ano de 2020 e 2021 tiveram que passar pelo grande desafio das aulas remotas para atender todos os seus alunos, sendo necessário mudanças de metodologias e didáticas para garantir neste distanciamento o acesso e permanência dos alunos na escola. Servimos também como ponto de apoio para as gravações de aulas da Secretaria de Educação, Cultura e Ensino Superior, que foram disponibilizadas para todos os professores e professoras da rede municipal de ensino.

No ano de 2022, a unidade escolar foi escolhida para o projeto piloto municipal do tempo integral, junto a mais duas unidades, viabilizando um aumento e permanece dos alunos por 35 horas semanais, com acréscimo no currículo da base curricular comum, bem como projetos integradores voltados para o empreendedorismo, as competências socioemocionais, esporte, educação e cidadania. Neste processo formativo, foi implantado no ano de 2022, nas turmas de 6º ano, tendo como perspectiva que em 2025, todas as turmas de Ensino Fundamental II estarão em tempo integral.

Hoje, existem turmas de 1º a 9º ano, nos turnos matutino e vespertino, com mais de 500 alunos na unidade, atendendo os alunos dos bairros Santo Antônio, Prado, Alto do Jucá, Sete de Setembro, Veneza, Conjunto Dom Residencial Mauro e Cocobó. Muitas das famílias que têm seus filhos matriculados na Unidade Escolar são pertencentes a uma classe de poder aquisitivo econômico muito baixo, dependendo de programas sociais para a sobrevivência.

A Escola atende crianças de 06 anos até 15 anos de idade. Dos níveis da educação básica, nas turmas de Ensino Fundamental das séries iniciais e finais, atendendo também turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, dando acesso de continuidade ao ensino e aprendizagem.

Outro potencial da unidade escolar é a Educação Inclusiva, caracterizado tanto pelo atendimento educacional especializado realizado pela sala multifuncional, bem como com intérpretes de língua brasileira de sinais para as crianças surdas e monitorias individuais por sala para fortalecimento da aprendizagem das crianças com diversas deficiências.

A Escola está localizada próximo as duas maiores universidades da cidade, a Universidade Estadual do Ceará - EUCE e a Universidade Regional do Cariri – URCA, no Campus Multiinstitucional Humberto Teixeira, sendo, pois, uma unidade escolar muito

procurada pela comunidade acadêmica para estudos diversos e pesquisas, bem como para as atividades práticas, estágios e programas desenvolvidos pela comunidade acadêmica.

A Unidade Escolar é composta por uma estrutura simples com apenas um pavilhão com todos os seus ambientes pedagógicos e administrativos. São 11 salas de aulas, banheiros para as séries iniciais e finais, Centro de Multimeios, Sala de Recursos Multifuncionais, Cantina, Sala de professores, Direção Geral, Coordenação Pedagógica, Sala da Secretaria Escolar e Biblioteca.

Imagem 12: Fachada da Escola



Imagem 13: Pátio onde acontecem os eventos da escola



Imagem 14: Biblioteca – Em manutenção na ocasião da foto



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

2.1.8 APRESENTANDO AS PROFESSORAS COLABORADORAS DA PESQUISA

Em visita à escola, foi realizada uma conversa com o diretor Professor Narcízio, na qual foi apresentada a pesquisa e seu objetivo, e comunicada a necessidade de entrevistar professores para coletar dados. Sendo, então, apresentada a professora Sandra, que de pronto se colocou à disposição para ajudar na realização das entrevistas, inclusive sugerindo o corpo docente a ser entrevistado.

Professores/as colaboradores/as da pesquisa:

Professor/a	Auto Declaração	Formação Acadêmica	Tempo de Trabalho
Cícera Sandra	Parda	História	12 anos
Gilson Couras	Parda	Pós-graduada	36 anos
Maria José	Parda	Pedagoga	15 anos
Paulo	Preta	Mestrando em Ciências Agrárias	25 anos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em face do exposto ao longo deste capítulo, depreende-se a apresentação de informações do Estado do Ceará e do município de Iguatu, território em que está inserido o objeto da presente pesquisa. Foi abordada a história do estado do Ceará e sua relação com a luta antiescravagista, além de alguns dados referente à educação no estado. Por fim, foram elencadas as instituições que constituem o equipamento do presente trabalho.

Nessa esteira, fato é que não poderia faltar uma abordagem do município de Iguatu e, em especial as escolas que foram objeto de pesquisa. Com isso, cabe ressaltar que as informações contidas neste capítulo servem de embasamento para melhor entender a dinâmica das relações interraciais. No capítulo seguinte, a ênfase se estabelece na especificidade das práticas de combate às desigualdades raciais, da discriminação e do preconceito, do que trata a Lei nº 10.639/03, assim como nas respostas das perguntas feitas aos entrevistados, e seus consequentes desdobramentos.

CAPÍTULO 3 – APLICABILIDADE DA LEI Nº 10.639/03 NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE IGUATU-CE

Nos capítulos anteriores, foi empregada uma abordagem trazendo um pouco da história de como foi a situação da população negra no Brasil, sendo que, no primeiro capítulo consta referência ao lugar do negro na sociedade brasileira e sua história de luta e resistência. No segundo capítulo é trazido mais especificamente o Estado do Ceará e da cidade de Iguatu, bem como a relação do povo preto desse território com a história abolicionista ao longo dos tempos de regime escravagista que o Brasil viveu.

Neste terceiro capítulo, a ênfase se dá ao fato de que, desde o ano de 2003, se tornou obrigatório nas escolas de ensino Fundamental e Médio o ensino referente as questões étnico-raciais – Ensino de História Cultura Afro-brasileira e Africana. Em face disso, surgem os seguintes questionamentos: como se deu a implementação da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas de educação básica – Ensino Fundamental no município de Iguatu-Ce? Sua implementação trouxe resultado para a política educacional de combate às desigualdades raciais?

Para encontrar respostas a essas perguntas, foi realizada a pesquisa de campo nas duas escolas públicas supramencionadas, através da metodologia de busca de dados das referidas instituições, por meio de visitas realizadas, inicialmente, à Secretaria de Educação do Município de Iguatu e, em seguida, às escolas.

Na ocasião da visita à Secretaria Municipal de Educação, foi conversado com a professora Maria Vilauba Araujo Santos, Secretária Adjunta da Educação, e coletado dados gerais referente à estrutura da educação pública municipal sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Educação.

Na primeira visita à Escola Elze Lima Verde Montenegro, na qual fui recebido pelo Diretor da escolar o Sr. Nacizo Cândido Neto, o mesmo me indicou a professora Cícera Sandra,

professora de História, para ser a responsável da Escola a trabalhar comigo durante o período em que eu estivesse realizando as coletas de dados e as entrevistas. Assim, a professora Sandra me foi apresentada e tivemos uma conversa proveitosa, na qual falamos sobre a temática a ser pesquisada, a metodologia adotada e o público a ser entrevistado.

Nessa primeira conversa, ficou definido que seriam feitas entrevistas com 8 (oito) estudantes, 3 (três professores/as) e com a coordenadora pedagógica. A professora Sandra se comprometeu em selecionar e indicar as pessoas a serem entrevistadas, marcar datas e horários para as entrevistas, também assumiu o compromisso de procurar material referente a dados histórico da Escola, as ações e projetos realizados, bem como o PPP – Plano Político Pedagógico da referida escola.

Na outra escola pesquisada, Escola de Ensino Fundamental São Sebastião, na qual fui recebido pela Sra. Joana Dias de Oliveira, que é a Diretora dessa unidade educacional, a mesma se comprometeu a escolher e indicar as pessoas a serem entrevistadas por mim, marcar data e horário das entrevistas, separar dados histórico, documental e estrutural da escola para serem coletados por mim.

Nessa esteira, o desenvolvimento deste capítulo tem na sua estruturação de abordagem dos assuntos, distribuídos em quatro eixos que discute e dialoga com a proposta de busca das respostas as perguntas feitas durante todo o processo de pesquisa.

3.1 – CONTRIBUIÇÕES DA LEI DE Nº 10.639/03 PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO RACIAL NA ESCOLA.

A partir da criação da Lei de nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, tornou-se obrigatório nas escolas de Ensino Fundamental e Médio no Brasil, o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, com o objetivo de reparar um déficit histórico a essa população que teve e tem um importante significado na formação da sociedade brasileira. Porém, já com seus 20 anos de existência a referida lei ainda está muito longe de se tornar efetivamente implementada e proporcionar os resultados esperados para os quais foram objetivados.

Com a implementação dessa lei, o sistema educacional brasileiro, através das Escolas de Educação Básica teve e tem um forte instrumento de conscientização e formação cidadã, que possibilita a população brasileira fazer uma reflexão profunda a respeito da sua cultura, no que se refere as relações sociais, principalmente no tocante a diversidade de etnias que forma a população deste país.

A Lei 10.639/03, para as escolas, é uma ferramenta imprescindível no processo de combate à desigualdade racial, a escola tem nessa lei o arcabouço legal para discutir e inserir no seu PPP as ações necessárias para tornar o espaço escolar um ambiente respeitoso às diversidades, sejam elas étnicas ou social. Com isso, possibilita a formação dos estudantes em um contexto amplo, para além do conhecimento técnico/científico, mas principalmente para a formação cidadã e/ou humanística.

Neste sentido, esse trabalho de pesquisa teve o propósito de buscar compreender como as escolas públicas de educação básica do município de Iguatu, no estado do Ceará, estão trabalhando a Lei de nº 10.639/03. De como o ambiente escolar deste município está dando ou não a devida importância que a referida lei tem no processo de combater às desigualdades raciais, bem como contribuir para o aprofundamento do debate que envolve a diversidade cultural e étnico racial brasileira.

É importante ressaltar que este trabalho de pesquisa foi pautado na metodologia de buscar os dados através de entrevistas realizadas com alguns estudantes e professores de duas escolas de educação básica da rede pública municipal de Iguatu-Ce. Portanto, após analisar as diversas respostas dadas a pergunta: de que maneira a Lei de nº 10.639/03 contribui para que haja a diversidade étnico-racial na escola? Trago neste eixo temático a compreensão e a visão do corpo discente e docente das referidas escolas sobre a importância da existência da lei 10.639/03.

De acordo com os relatos dos estudantes, a temática racial é estudada na escola desde as séries iniciais, isso acontece mais precisamente nas aulas de História, quando professores dessa disciplina abordam conteúdos que estão no programa da escola, por meio de livros didáticos essa temática é ensinada. Principalmente os assuntos referentes a escravidão, desde o tráfico de escravos, seu transporte nos navios negreiros, as senzalas, o trabalho do negro, os castigos por eles sofridos, tudo isso vem sendo estudado ao longo da história.

Nesse sentido, na visão dos estudantes entrevistados, é muito importante conhecer mais profundamente a respeito da História do Brasil, e principalmente a história do povo negro, que representa a maior população desse país. Sendo a escola o espaço primordial para ensinar e aprender sobre a história e a cultura dessa gente, que ao longo dos anos foi esquecida.

Para os estudantes, a Lei nº 10.639/03 não é ainda muito conhecida, conforme muitos dos entrevistados relataram a falta de conhecimento dessa lei. No entanto, o conhecimento que eles têm, os possibilita a falar sobre a importância que a mesma representa para o debate da temática racial. Quando entrevistados, os discentes relataram que o racismo é um mal que prejudica a convivência e o relacionamento entre as pessoas, e que na escola, infelizmente ainda

se faz presente nas mais diversas faixas de idade, a começar pelas crianças e chegando até aos adultos.

Quando a escola abre esse debate, insere nele a importância de se ter uma lei que garante o direito de discutir sobre a diversidade existente na população brasileira, sua contribuição na formação dessa sociedade plural em diversos aspectos e principalmente no contexto étnico racial e cultural. Ela traz para o seu ambiente a oportunidade de seus estudantes se aprofundar no conhecimento que além do processo formativo os insere no processo de cidadania.

Nas respostas dos estudantes às perguntas realizadas, eles deixaram muito evidente que a Lei 10.639/03 tem um papel fundamental para o debate da diversidade, do combate às desigualdades raciais. Para eles (estudantes) falar sobre racismo e discriminação é muito importante, isso não se tem dúvidas, porém, o mais importante ainda é respeitar o outro como ele é, independentemente da cor de sua pele.

Destaco aqui as falas de duas estudantes no momento das entrevistas:

Bianca Evelyn - Assim é que hoje em dia existe muito preconceito entre negros né! Então eu acho que ajuda a parar com esse preconceito e racismo, porque o racismo hoje em dia ainda é muito presente, existe muito racismo nas escolas, crianças sofrem racismo por causa da cor da pele, que crianças pequenas assim não tem muito conhecimento sobre isso e acaba sofrendo racismo.

Dávila Rodrigues - Sim, bastante porque ao ver, quando você vai ver toda a história você fica totalmente confuso porque isso acontece eles não mereciam isso, porque eles passaram sem necessidade, foram julgados por causa da sua cor, tiraram os seus direitos só por causa da cor da pele deles, os tratavam como um ninguém, justamente pela cor da pele, isso não tem o menor sentido.

Dávila Rodrigues - Acredito que seja importante porque muitos de nós justamente quando começamos a estudar isso, quase ninguém sabia quando o professor falou sobre o movimento abolicionista e perguntou, quase ninguém sabia responder, todo mundo nessa noite ficou sem saber o que responder e quanto mais a gente foi se aprofundando foi nesse conteúdo a gente ficou cada vez mais interessado, querendo ou não é alguém que você a cada dia vai querendo saber mais porque é uma história bem intrigante.

Segundo seus relatos, não somente na escola, mas também em outros espaços na sociedade há esse tipo de comportamento discriminatório e racista, muitas pessoas são julgadas pela cor da pele, e isso acaba sendo uma falta de respeito, muitas vezes tentam levar para o lado da brincadeira, como se isso fosse normal, mas não é. Esse tipo de atitude causa sofrimento, e além do mais não é certo faltar com respeito a ninguém, seja ela preta ou branca.

Apesar da Lei 10.639/03 ainda não ser amplamente trabalhada, a escola tem desenvolvido projetos que contribui para que os estudantes e professores busquem aprofundamento no ensino e aprendizagem sobre questão racial. O desenvolvimento desses projetos faz com que os estudantes se interessem em aprofundar seus conhecimentos a respeito

da diversidade étnica e cultural. O envolvimento dos estudantes nas aulas temáticas, contribui com o papel da escola no combate às desigualdades raciais e também sociais.

É através do conhecimento adquirido pelos estudantes, que os mesmos passam a respeitar mais as pessoas nas suas diversidades, na sua cultura e no seu modo de ser. Portanto, a Lei 10.639/03 contribui para que haja na escola o respeito a diversidade, o combate às desigualdades raciais, embora poderia ser mais trabalhada para que se torne mais efetiva e traga para a sociedade os resultados que se espera.

De acordo com o corpo docente das referidas escolas, pôde ser percebido, a partir das informações coletadas nas entrevistas, que a Lei 10.639/03 poderia contribuir mais efetivamente no combate às desigualdades raciais. Porém, há um certo desinteresse das pessoas em colocar em prática as leis no nosso país, talvez algum grupo não tenha tanto interesse em fomentar o debate e/ou o conhecimento dessa lei especificamente. Ao falar isso, refiro-me a alguém que esteja exercendo o poder com prerrogativas de decisões que cause impacto nas leis que são criadas. No entanto, para tais leis serem cumpridas na íntegra é um longo processo, até mesmo elas serem executadas da forma como deveriam ser. No entanto, a falta de interesse em cobrar o cumprimento da Lei 10.639/03, seja por parte da escola ou pelos órgãos competentes, acaba repercutindo nos estudantes, através da falta de um conhecimento mais profundado sobre essa temática, a qual está inserida na referida lei.

Já com duas décadas de existência, a Lei 10.639/03 ainda é pouco discutida nas escolas, quando mais se fala sobre a temática étnico racial é no segundo semestre, mais precisamente nos meses de outubro e novembro, isso se dá em função do dia da Consciência Negra (20 de novembro), onde as escolas trabalham através de projetos voltados para essa área. É portanto, o período em que professores e estudantes se juntam para realizar ações pedagógicas focadas na questão do negro, portanto, a Lei 10.639/03 passa a ser trabalhada ainda que de forma tímida, sem muita conotação entre a comunidade escolar.

Esse entendimento por parte dos(as) professores(as) em relação a pouca efetividade da Lei 10.639/03 por parte das escolas, pode ser atribuído a falta de conhecimento a respeito da mesma. A falta de conhecimento da referida lei está não somente entre os estudantes, mas também entre professores, coordenadores e gestores educacionais. Algumas escolas, mesmo com certas limitações ainda desenvolvem em seus programas pedagógicos o debate nesse sentido. Com isso, fomenta o maior conhecimento desses assuntos e proporciona uma discussão mais qualificada sobre a temática racial.

Vejamos o que os docentes entrevistados falam sobre essa questão.

Profª Sandra - Eu acredito que falta muito, a gente precisa de formação, a gente precisa de incentivo, eu não estou falando de incentivo financeiro, estou falando da gente ver as nossas autoridades trazerem mais suporte em vários aspectos. Questão de formação, questão de cursos, mais abertura para a gente conhecer e se aprofundar e se sentir mais até motivado para trabalhar o tema em sala, porque muitas vezes parte muito da gente mesmo quanto mais incentivo seria melhor. Preparados eu não diria, eu diria que a gente busca, e eu falo assim comigo a gente eu busco é eu busco trabalhar porque a lei obriga e pela necessidade que tem o tema, mais que a gente precisa de mais um pouco, a gente presa.

Profª Carminha - Existe alguns livros, vieram na biblioteca na escola tem se você procurar você vai encontrar, mas o que eu quero questionar é isso, até que ponto o professor está disposto a fazer essa pesquisa? Se isso muitas vezes não é colocar na rotina, no tema da diversidade para você trabalhar com o seu aluno, se essa diversidade só acontece naquela semana que está próximo da Consciência Negra, mas se a gente buscar a fundo a gente vai encontrar, dentro da própria escola tem o material, não sei se ele seria suficiente ou necessário, ou basta esse material, mas existe alguma coisa.

Neste sentido, percebe-se que não há uma política universal nas escolas que fomente o debate e a prática de combate às desigualdades raciais, apesar de existir uma legislação específica para isso. O que é notório é que, de forma pontual, algumas escolas cumprem, de maneira parcial, esse papel importante que é de fomentar a formação do indivíduo, numa perspectiva cidadã, responsável pelo crescimento saudável de uma população diversa e plural.

A temática racial é extremamente ampla. Historicamente, a convivência entre as pessoas foi forjada no preconceito, na discriminação, principalmente a racial, a cor da pele tem muito a dizer de como a pessoa foi ou é tratada na sociedade, pode-se afirmar que isso é cultural, apesar de absurdo. No entanto, há uma lei que possibilita as escolas mudar essa realidade, pois a educação é um cominho pelo qual as pessoas adquirem conhecimento para usar no seu cotidiano, portanto, a escola de um modo geral pode e deve se apropriar da contribuição que a Lei 10.639/03 pode dá para que haja efetivamente o respeito a diversidade, com ênfase no combate às desigualdades raciais.

Na visão dos professores(as) entrevistados(as), a Lei 10.639/03 traz contribuições significativas para o respeito a diversidade no ambiente escolar, isso é fato. Porém, ainda existem sérias dificuldades em trabalhar de forma ampla e satisfatória a temática proposta na lei. O que se percebe é que a referida lei é pouco divulgada, até mesmo entre professores há uma deficiência nesse sentido, muitos professores já ouviram falar da lei 10.639/03, mas não a conhece profundamente, isso faz com que o desinteresse ao debate étnico racial seja presente em muitos casos.

Trago em destaque fala da professora

Profª Alexandra Felipe - Eu acredito primeiramente pelo pouco conhecimento na própria lei, a gente sabe que ela existe em 2003, mas pela vivência que eu tenho no chão da escola a gente percebe que essa lei ela não é, ela não foi divulgada, ela não foi estudada, ela não foi pensada para ser abordada diariamente os conteúdos escolares, talvez por isso, acredito que tem alguns professores que nem sabem ainda da existência dessa lei, por isso ainda, a gente está num processo bem inicial em

relação a esse processo da discriminação, e luta contra a discriminação, eu acho que a própria divulgação não serviu de pano de fundo para estudos digamos assim. Os planejamentos acontecem tudo muito solto, de acordo com o que cada professor vai pensando, vai achando.

Prof^ª Carminha - Eu penso que seja também por conta da falta de conhecimento, de informação, muitos professores não têm o conhecimento de fato, conhece a lei, sabe que ela existe, mas na prática pedagógica ela não é colocada nas aulas, então deixa muito a desejar essa questão, porque? Porque vão trabalhar em data específica, em novembro - Consciência Negra, então vamos lembrar desse tema e o racismo ele não está ligado somente a um momento, ele pode acontecer em qualquer dia, em qualquer lugar, em qualquer momento e muito também a falta de preparação dos professores, os professores não... nós não temos esse tempo de formação, de sentar.

No momento em que ela se torna uma obrigação, dependendo desse espaço escolar, ocorre um incentivo a mais para que o tema seja debatido, e assim ela traz na sua essência essa questão de mostrar a importância enquanto tema importante da nossa convivência, da gente discutir a questão étnico racial na escola e em outros ambientes também, é do espaço escolar que saem as discussões que vão para outros espaços, amadurecendo com isso relações respeitadas e educadas. A lei é uma porta muito importante que se abre para que o tema da diversidade seja discutido.

Com efeito, ela contribui porque faz com que o professor, o núcleo gestor e os alunos possam refletir a realidade em que vivemos, porque a sala de aula é muito diversificada e a partir da lei o aluno conhece os direitos e deveres de cada um, o professor principalmente, ele tem capacidade de desenvolver um trabalho melhor fazendo com que haja uma contribuição interdisciplinar. Mesmo assim ainda se tem muito o que aprender sobre a referida lei, portanto, ela pode ser trabalhada dentro de todos os componentes curriculares, apesar de que na prática a gente sabe que é direcionado para trabalhar apenas na disciplina de história, mas isso não quer dizer que não possa se trabalhar na ciência, na matemática, além da língua portuguesa, em todos os componentes, isso facilita o trabalho, a interdisciplinaridade.

Na obrigatoriedade de se ensinar e aprender sobre conteúdos propostos na referida lei, os atores que fazem o sistema educacional (núcleo gestor, professores e estudantes), todos têm a oportunidade de se apropriar de conhecimento necessário para quebrar paradigmas históricos de convivência com a diversidade que forma a sociedade brasileira. Neste sentido, a Lei 10.639/03 traz importante contribuição para que o ambiente escolar contribua efetivamente no processo de conscientizar as pessoas para que haja respeito entre os diferentes, e, principalmente, para que ninguém seja discriminado e desrespeitado simplesmente com base na cor da pele.

3.1.2 - COMO SÃO TRATADAS AS SITUAÇÕES DE DESIGUALDADE E DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA

A sociedade brasileira é constituída por uma diversidade étnica e cultural. Sendo assim, é evidente que essa diversidade traz consigo inúmeras diferenças nos mais diversos aspectos, entre os quais estão os aspectos cultural e social. Todavia, ao longo da história do Brasil essa diversidade foi sinônimo de desigualdade. Infelizmente, esse histórico de desigualdade, que ainda é atual, sempre foi acompanhado de discriminação, de preconceito e até mesmo de desrespeito para com as camadas tidas como inferiorizadas, nesse contexto está a população negra. Diante dessa realidade, a escola tem o papel primordial de contribuir para a transformação dessa cruel realidade.

Ao entrevistar os estudantes das escolas que escolhi para a pesquisa, percebi em suas falas que as situações de discriminação racial na escola não é algo familiar para muitos deles. Alguns até sabem que existe discriminação e preconceito com pessoas negras, mas que isso é algo um pouco distante, não faz parte a realidade da escola em que eles estudam, pelo menos é o que muitos dizem, que nunca presenciaram fatos dessa natureza. Segundo eles o que costumeiramente acontece são as brincadeiras de crianças e adolescentes com o hábito de “tirar sarro” do colega, as vezes com piadas que acaba sendo interpretada como uma ofensa, nesses casos o fato é levado ao conhecimento de professores ou até mesmo da direção da escola.

Cito aqui algumas falas das alunas entrevistadas.

Ana Heloisa - Aqui eu nunca vi acontecer nada mas... Aliás, as pessoas fazem assim, brincando com você e por ser muito íntimo, acaba mexendo com você, com os colegas, acho que é isso.

Dávila Rodrigues - Assim, eu nunca vi um caso assim de desigualdade racial aqui na escola, espero realmente que não aconteça né, mas se acontecer a gente vai ter... a gente tem né no caso aqui, comunicar o diretor como a situação aconteceu e ele vai tomar providências, ou seja, castigar o aluno, suspender alguns dias ou expulsão imediata, mesmo achando que foi apenas uma brincadeira.

Bianca Evelyn - É, quando acontece alguma coisa aqui, essas brincadeiras sabe... as pessoas são chamadas para diretoria e conversam sobre isso e são ajudadas.

Para os estudantes, esse tipo de situação, quando acontece, é tratado com a devida importância necessária, isto é, a princípio, é conversado com os envolvidos, chamado a atenção de quem causou ato, e, se necessário, é aplicada uma punição, mas isso só acontece se for extremamente necessário. Para os estudantes, as desigualdades e discriminação, seja ela qual for, é prejudicial ao indivíduo que sofre, e isso não deve ser permitido na escola. Para eles, ser diferente não é sinônimo de desigualdade e, portanto, não merece ser tratado com falta de respeito e discriminação, e a escola tem o dever de coibir qualquer comportamento que resulte neste tipo de situação.

Conforme relato dos estudantes, nas escolas de Ensino Fundamental Elze Lima Verde e São Sebastião ocorrem algumas situações de discriminação e preconceito relacionadas à desigualdade racial, às vezes mascaradas pelo disfarce de dizer que é uma simples brincadeira de criança. Portanto, se torna difícil identificar uma política específica de combate a tais situações, mas é evidente que a política adotada pelas referidas escolas, referente à abordagem das temáticas que trata a Lei 10.639/03, confere às mesmas a preocupação e o zelo no engajamento nas ações de combate às desigualdades raciais no ambiente escolar.

A partir de dados coletados através de entrevistas realizadas com professores(as) das referidas escolas, foi possível observar que as situações de desigualdade e discriminação racial são tratadas de diversas formas. Ao se deparar com alguma situação dessa natureza, a princípio o(a) professor(a) busca dialogar com os envolvidos mostrando a importância do respeito entre as pessoas, de terem uma convivência saudável e harmoniosa, ressaltando que se deve existir respeito as diferenças e que discriminar o outro com base na cor da pele é errado, causa sofrimento a essa pessoa, inclusive pode deixar sequelas em sua vida.

Uma das maneiras de tratar situações de desigualdade e discriminação na escola é a prevenção desses atos. Isso se dá por intermédio do trabalho que os(as) professores(as) desenvolvem ao longo do ano, fazendo abordagens de diversas temáticas que possibilite a conscientização dos estudantes para evitar que ocorra na escola atos discriminatório e tratamento desigual entre as pessoas devido a cor da sua pele. Fomentar o debate na sala de aula a respeito do racismo, do preconceito e da discriminação é uma das formas mais eficaz que a escola pode usar para tratar tais situações. No entanto, quando essa forma preventiva não evita que atos dessa natureza ocorra, se faz necessário o uso de outras providencias.

Quando acontece algum caso de discriminação entre alunos, a escola procura solucionar o problema por meio de diálogo e da conscientização. Esse tipo de conversa tem como objetivo mostrá-los o sentido de compreenderem as consequências que isso provoca na vida deles, haja vista que a falta de uma convivência harmoniosa pode causar sérios danos aos indivíduos, deixando sequelas irreparáveis.

Geralmente quando isso ocorre, inicialmente procura-se avaliar o grau dessa discriminação, dessa relação, desse tratamento, no primeiro momento tenta-se resolver com os alunos entre eles mesmo e no segundo momento com os professores. Nesse momento os(as) professores(as) fazem essa avaliação para ver se de fato há uma necessidade de caminhar até a coordenação, e quando há necessidade de encaminhar aí tem que ser feito um procedimento de encaminhamento, de conversa, de discussão para que se possa chegar a uma resposta mais viável e possível. Na verdade, esse tipo de situação não deveria acontecer, levando em

consideração que os(as) professores(as) quase que diariamente abordam, direta ou indiretamente, a discussão com os alunos no sentido de conscientizar a todos a respeito da importância do respeito às diferenças.

Quando acontece de forma mais pontual, mais intensa, tais práticas são abolidas no sentido de que são conversadas, são combatidas, existindo alguns projetos que ao longo do ano são abordados esses temas mais fortemente. Mesmo com formação ou sem formação os(as) professores(as) das referidas escolas tem consciência de que a diversidade deve ser respeitada, vivenciada, experimentada no espaço da escola. Então, toda e qualquer prática que vá de encontro a isso, o(a) professor(a) da forma que se tem de trabalhar, ele(a) consegue sim abordar essa temática para que diminua, até mesmo acabe com esses atos discriminatórios. A abordagem dessa temática se faz necessário até mesmo na Educação Infantil, há casos em que algumas crianças tem rejeição a certos coleguinhas, não querer brincar ou não querer ficar perto, não pegar na mão, chamar de feio, simplesmente porque ela é preta, sendo comportamentos que estão fortemente enraizados. Portanto, se faz necessário trabalhar essa temática a partir da Educação Infantil, com uma abordagem diferenciada da abordagem usada no Ensino Fundamental.

Percebe-se que as situações de desigualdade e discriminação racial são tratadas de várias formas nas referidas escolas, a depender do grau de comprometimento do caso, pode ser resolvido apenas com diálogo envolvendo os estudantes envolvidos e professores(as), quando o caso é mais sério e mais complexo, é levado a direção da escola e se necessário for, aplica-se punição a quem cometeu tal ato. Há também casos em que se faz necessário envolver a família; neste caso, a família dos envolvidos é chamada à escola, onde a direção da escola, em conjunto com o(a) professor(a), dialoga com a família no sentido de encontrar a melhor solução para esse tipo de problema.

Em confirmação às dissertações supra, seguem algumas falas dos(as) entrevistados(as):

Profª Sandra - A gente tenta solucionar o meio de diálogo, da conscientização por meio dessa conversa né, está dialogando com eles no sentido de compreenderem as consequências que isso provocar na vida deles, na convivência e acaba com a Harmonia né, nesse sentido o sentido do diálogo, da conversa, da conscientização.

Coordenadora Mazé - Aqui eu considero, antes de acontecer um conflito a gente aqui nos nossos planejamentos a gente sempre busca a dialogar com os nossos alunos. Evitar... eu acredito que a escola graças a Deus eu ainda não vi vamos dizer um conflito com o preconceito racial de forma desprezível. Por si só já estão começando, já estão tentando ser trabalhado, estão com aquela consciência do respeito, das diversidades aqui nas escolas, e a gente sempre busca dialogar com eles, mostrar para eles a questão da ética, questão do respeito, a questão da igualdade, então a gente sempre trabalha dessa forma para evitar esse tipo de indiferenças.

Prof. Paulo Gomes - Geralmente o primeiro momento procure se avaliar o grau dessa desigualdade, dessa relação, desse tratamento, no primeiro momento o aluno com eles mesmo e no segundo momento os professores fazem essa avaliação para ver se de fato, tipo uma triagem se há uma necessidade de caminhar até a coordenação ou não, e quando há necessidade de encaminhar aí tem que ser feito um procedimento né de encaminhamento, de conversa, de discussão para que se possa chegar a uma resposta mais viável possível.

Prof. Paulo Gomes - Eu ficaria mais com essa questão do bullying mesmo, a questão das espinhas, a questão de ser gordo ou de ser magro, são as questões assim mais recorrentes que a gente já presenciou algumas cenas aqui na nossa escola. No primeiro momento é procurar... e também a questão de identidade de gênero, a gente percebe também que tem acontecido muito na nossa escola principalmente no começo do ano, a gente percebe esse problema de fato, e a escola tem procurado tratar da melhor forma possível, no primeiro momento como eu já disse nas primeiras questões que é justamente a questão de procurar resolver entre eles e professor ou entre os envolvidos, no caso as crianças, os alunos e se não e quando não, encaminhar para a coordenação e procura se resolver da melhor forma possível na parceria escola e família.

Profª Alexandra Felipe - Agora é como eu falei, aconteceu um caso mais sério, um caso que mexeu com a escola, que chamou a atenção, que envolveu familiares, que realmente é machucou, causou danos emocionais, físicos digamos assim, que venha acontecer, aí não, é colocado de maneira mais severa, tem o conselho da escola que pode estar agindo em relação a isso, tem a própria conversa com os envolvidos na situação, tem a reunião com os pais, se for o caso, para as outras esferas que venham para poder ajudar aí sim, em momentos pontuais e fortes eu acredito sim, que a política ela funciona mais efetivamente.

A prática de desenvolver projetos no decorrer do ano letivo, dá a escola a oportunidade de trabalhar temáticas importantes para a sociedade. Sendo assim, depreende-se que as Escolas de Ensino Fundamental Elze Lima Verde e São Sebastião realizam muito bem esse trabalho. Professores(as) da área de humanas, especificamente da disciplina de História, costumam desenvolver projetos com a temática racial. Na execução dos projetos, a escola busca envolver professores e estudantes de forma interdisciplinar, inclusive, isso acontece na prática.

Alguns relatos dos(as) entrevistados(as) sobre esse assunto.

Profª Sandra - Tem momentos que a gente faz de maneira interdisciplinar, quando a gente precisa da professora de português aí ela colabora conosco quando é uma produção textual e assim, o público é a própria escola, eu só consigo usar os alunos todos, para isso então, eles veem assistir as apresentações.

Coordenadora Mazé - A gente mesmo tem já esse nosso... vamos dizer essa nossa... esse nosso ponto de trabalhar assim, de trabalhar esses temas, os outros, os demais projetos, a gente sempre reúne e quando a gente vai planejar, início de ano letivo a gente já tem as datas comemorativas e projetos a serem trabalhados ao longo do ano, a gente já coloca cada um no seu devido dia e nos devidos momentos, então aqui tudo é uma junção. O professor coordenador elabora todos os projetos a serem desenvolvido durante o ano, e ali não tem conversa, é desenvolvido, são desenvolvidos todos eles, em nenhum momento o professor diz: eu não vou trabalhar esse projeto, eu não vou trabalhar esse tema. Todos abraçam a causa, trabalham, pesquisam, fazem da melhor forma, clara em sala de aula, que você observa e diz que coisa linda. Claro, os níveis de Fundamental 2 que é do sexto ao nono ano é um trabalho brilhante, que a gente fica, coloca os projetos aí convida demais escolas para assistir a culminância dos projetos e sair daqui irradiante, lindo, lindo, lindo!

Profª Alexandra Felipe - Sim, isso mesmo, o foco é as disciplinas da área de humanas principalmente, no caso, História, Geografia, Artes. Já nas outras disciplinas a

dinâmica é bem mais pontual, por exemplo, na disciplina de Português é muito trabalhado a questão textual, principalmente no mês de novembro que o gênero textual “Poesia” é mais usado, as poesias africanas por exemplo, mas não é trabalhado durante todo o ano letivo. Na disciplina de Matemática por exemplo, não é trabalhado essa temática em nenhum momento. Então aí exista a falha, porque deveria se trabalhar de forma interdisciplinar e durante todo o ano, não somente em algumas disciplinas e tão pouco só no mês de novembro. E mesmo quando é trabalhado, ainda não é de maneira mais profunda, é um pouco superficial. É mais para atender a obrigatoriedade da Lei, mas não com a dinâmica necessária para um trabalho eficaz e consistente.

Esses projetos ganham mais atenção e visibilidade no segundo semestre de cada ano, principalmente no mês de novembro, por causa do Dia da Consciência Negra, neste período são promovidas várias ações. Os estudantes realizam apresentações de danças, músicas, roda de capoeira entre outras. São realizadas rodas de conversas, debates, palestras inclusive com convidados, pessoas que desenvolvem trabalhos relacionado a temática étnico racial.

Nessa esteira, seguem os registros realizados à época das referidas apresentações escolares:

Imagem 15: Alunos em apresentação de dança



Imagem 16: Apresentação de Roda de Capoeira – Contra-Mestre Mororó



Fonte: Arquivo pessoal da Professora Sandra

A Escola Elze Lima Verde realizou, no mês de novembro de 2022, uma vasta programação para trabalhar a questão do racismo. A professora Sandra, professora de História coordenou os trabalhos, envolveu um grande número de estudantes de diversas séries, convidou palestrantes, organizou e realizou uma aula de campo na Cidade de Redenção-Ce, foi com uma turma de estudantes visitar um símbolo da luta do negro no Ceará – Museu Senzala Negro Liberto, lugar em que, no ano de 1884, houve a alforria dos escravizados da Fazenda Acarape, tornando-se marco na história abolicionista do Brasil.

Imagem 17: Visita ao Museu Senzala Negro Liberto na cidade de Redenção-Ce



Fonte: Arquivo pessoal da Professora Sandra

Como parte dessa programação realizada pela referida escola, tive a oportunidade de ser um dos palestrantes convidados para abordar a temática da luta antirracista. Nessa esteira, foi proferida uma palestra com o tema “Lutas Antirracistas: Avanços e Desafios”, sendo este um momento de indubitável significação, sobretudo considerando o ensejo de poder suscitar algo de positivo àqueles jovens estudantes. Na ocasião, foi possível discorrer acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, com ênfase na Lei de Nº 10.639/03, bem como nas Resoluções do PNE – Plano Nacional de Educação. Na oportunidade, também foi elucidado sobre os princípios que norteiam a consciência política e histórica da diversidade, do fortalecimento de identidades e de direitos e de ações educativas de combate ao racismo e à discriminação. Por fim, foi ainda falado das ações afirmativas como política pública, e a importância destas para a comunidade de modo geral, sendo toda a palestra proferida de acordo com uma linguagem que permitisse a efetiva integração do público à temática.

Na sequência, podem ser verificados os registros do momento, de modo geral, em que foi realizada a palestra com o tema “Lutas Antirracistas: Avanços e Desafios”, consoante acima mencionado.

Imagem 18: Palestra realizada dia 09/11/2022 na Escola Elze Lima Verde.



Imagem 19: Alunos assistindo à palestra.



Fonte: Arquivo pessoal da Professora Sandra

Imagem 20: Prof^ª. Sandra, Eu, a aluna Mônica Borges e a Coordenadora Mazé me presenteando pela palestra proferida.



Fonte: Arquivo pessoal da Professora Sandra

3.1.3 - COMO ESTÁ A PREPARAÇÃO/CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA TRABALHAR NA SALA DE AULA A TEMÁTICA ÉTNICO RACIAL, BEM COMO PARA CONTRIBUIR COM AS PRÁTICAS DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES RACIAIS

Reitera-se à exaustão que a educação é fundamental para o processo de desenvolvimento de uma nação. Entretanto, para se ter uma boa educação em um país, é imprescindível a presença de bons profissionais, que tenha competência para desempenhar o trabalho com qualidade. Neste sentido, é extremamente importante a qualificação e a preparação desses profissionais. É notória a importância do(a) professor(a) nesse processo, sem desmerecer o trabalho dos demais profissionais, é o trabalho do(a) professor(a), o diferencial que determina o que chamamos de uma boa educação. Para isso, é importante que esse profissional esteja bem capacitado, bem formado, para desenvolver suas atividades com eficiência.

Levando isto em consideração, saber como está a preparação do(as) professores(as) das escolas Elze Lima Verde e São Sebastião é de grande relevância neste trabalho de pesquisa. Portanto, no decorrer das entrevistas que realizei com os(as) professores(as), as informações

coletadas são necessárias para entender como o município de Iguatu-Ce trata a educação e os(as) professores(as).

Para os professores das referidas escolas, a capacitação e a formação de professores(as) são fracas, limitada, insuficiente para o desempenho profissional a altura que deve ser. De acordo esses profissionais, ser graduado não constitui qualificação suficiente para desenvolver um bom trabalho na educação. Portanto, além da formação básica (graduação) é preciso ter especialização, formação continuada e atualizada. Assim sendo, somente a escola que tiver em seu quadro de professores(as) profissionais capacitados, com formação atualizada, pode ofertar uma educação de qualidade.

Relatos de algumas pessoas entrevistadas a respeito do processo de formação.

Prof^ª Carminha - Ele está capacitado se ele se interessar em buscar fonte de pesquisa ele mesmo estudar por si só, porque nas políticas públicas do município, da Secretaria da educação, vem um projeto uma vez por ano, pronto, então é aquele momento, com aquela data vem o projeto, então a escola mesmo coloca esse projeto, então o professor ele vai ter conhecimento se ele tiver vontade de buscar esse conhecimento, se aprofundar no tema, porque infelizmente, eu vejo um ponto muito negativo, nós não somos estimulados a isso, em que sentido? No caso a Secretaria de educação tem incentivado, estimulado a trazer uma formação, mandar um material e oferecer mesmo uma formação nem que seja online olha aí professor! A gente não tem uma formação presencial para vocês, mas tem uma formação online para vocês estarem se inscrevendo, estudando, se capacitando! Não existe isso, é a realidade.

Prof. Gilson Couras - Não, não estão até porque não existe uma formação, existe uma capacitação para o professor se eu quero eu vou buscar, mas muitos não vão buscar, tem que ir por conta própria porque a gente não tem, não é ofertado essa formação, apesar da lei como eu já falei, já tem 19 anos, mas não existe formação específica voltada para essa lei, fazer com que o professor conheça, e para conhecer vai partir de cada um. E a gente sabe que tem professor e professor! Portanto, ainda tem muito o que se aprender.

Imagem 21: Sala dos(as) Professores(as)



Imagem 22: Biblioteca



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Dizer que os(as) professores(as) estão prontos, preparados e capacitados para trabalhar em sala de aula a Lei de nº 10.639/03, abordar com profundidade e precisão a temática étnico racial, nas escolas de um modo geral, talvez seja um tanto abrangente. E tratando das escolas do município de Iguatu-Ce, especificamente das escolas Elze Lima Verde e São Sebastião, percebe-se que ainda falta muito para afirmar que estão prontos. Eles(as) precisam de formação, de incentivo, não se estar falando de incentivo financeiro, mas falando de ver as autoridades trazerem mais suporte em vários aspectos. Questão de formação, questão de cursos, mais abertura para adquirir conhecer, se aprofundar e se sentir mais motivado para trabalhar o tema em sala, porque muitas vezes parte do(a) próprio(a) mesmo, as vezes para atender a legislação que o obriga, outras vezes por interesse próprio.

Neste sentido, não se pode afirmar que estão preparados para atender as necessidades de ensino que a lei propõe, até porque não existe uma formação, uma capacitação para o(a) professor(a) neste sentido, se ele quer, ele vai buscar, porém, muitos não vão buscar, acham muito difícil ir por conta própria. Não é ofertado esse tipo formação, apesar da lei prever a necessidade de formação dos(as) professores(as), especificamente nesta temática, não existe formação específica voltada para essa lei. Exigir que o professor conheça, e para conhecer vai partir de cada um a iniciativa de buscar esse conhecimento. Portanto, ainda há muito o que se aprender.

Não se pode dizer capacitados totalmente, mas têm um embasamento. A partir do momento que existe a lei, e que há a obrigatoriedade de trabalhar a temática na escola, principalmente na data do dia 20 de novembro – Dia da Consciência Negra, os(as) professores(as) sentem a necessidade de buscar o mínimo de conhecimento para lhe dar

embasamento para realizar as atividades planejadas. Na preparação do dia D – Dia da Consciência Negra, vamos considerar que os(as) professores(as) vêm trabalhando a bastante tempo, abordando e discutindo na sala de aula os temas específicos no momento, então ele mesmo se capacita.

Dependendo do ponto de vista, a capacitação existe. Existe formação continuada em Iguatu. No entanto, a formação continuada ofertada pela Secretaria Municipal de Educação é voltada para professores(as) das disciplinas de português e matemática, talvez porque essas disciplinas estão nas avaliações externas, as quais estudantes de algumas séries são obrigados a realizarem, com o objetivo de provar o desempenho da escola e da educação. Quanto aos professores(as) das demais áreas do conhecimento, esse tipo de formação continuada não lhes é ofertado. Essa falta de formação, de capacitação de professores(as) de História, prejudica o andamento do ensino e aprendizagem da Lei 10.639/03, tudo isso deixa muito a desejar, compromete o trabalho do(a) professor(a).

A capacitação do(a) professor(a) de História só acontece quando ele(a) se interessar em buscar fonte de pesquisa, ele(a) mesmo(a) estudar por si só, porque nas políticas públicas do município, da Secretaria da Educação, não existe formação. As escolas trabalham projetos voltados a uma área do conhecimento, isso faz com que o(a) professor(a) daquela área busque o conhecimento, se capacite para desenvolver e executar aquele projeto. Neste sentido, a formação acontece de forma individual, depende do interesse do(a) professor(a), tem um custo financeiro, as vezes se torna inviável fazer. A Secretaria Municipal de Educação deve garantir formação continuada aos professores de todas as áreas do conhecimento, isso é obrigação do município, nas escolas precisa ter professores(as) qualificados e capacitados para trabalhar as mais diversas temáticas na sala de aula.

A falta de uma política de formação continuada para professores(as) das escolas públicas de Ensino Fundamental do município de Iguatu-Ce, transfere para as escolas e professores a responsabilidade de buscar o conhecimento necessário para trabalhar e desenvolver o PPP – Projeto Político Pedagógico minimamente viável para um ensino de qualidade. Neste sentido, é extremamente importante ter na escola biblioteca com acervo necessário para pesquisa, assim como dispor de recursos tecnológicos que possibilite aos professores e estudantes acesso à informação e a pesquisa. Quanto a isso, as referidas escolas dispõem desses equipamentos. Muitas vezes os(as) professores(as) usam esses meios para buscar conhecimento sobre determinada temática. Pode-se dizer que esse tipo de formação é insuficiente, e deixar a muito desejar.

A impressão que se tem sobre as problemáticas existentes no Brasil, seja de qualquer ordem, é que a solução está em criar leis para resolvê-las. Nesse caso específico, que trata de uma problemática ampla, relacionado a convivência social entre as várias etnias que forma a sociedade brasileira, usar a Educação como caminho no intuito de formar e conscientizar a população sobre essa temática, parece ser uma opção acertada. Porém, para além de se criar uma lei e/ou construir um arcabouço legal, se faz necessário criar condições favorável para que os instrumentos responsáveis para isso ser posto em prática possa, inclusive, se qualificar e se apropriar do conhecimento necessário.

Neste sentido, é imprescindível que os entes governamentais, seja nas esferas Municipais, Estaduais e Federal promovam a qualificação por meio do processo formativo continuado, dos(as) professores(as) das escolas públicas. Não é razoável que uma lei criada há 20 anos, ainda esteja distante de cumprir o seu papel, que é de transformar uma realidade tão complexa e desigual da população brasileira.

Sabemos da importância da legislação educacional no Brasil, é bem verdade que isso tudo, faz parte do compromisso que o Estado brasileiro tem com a Educação. No entanto, a legislação por si só não dá conta de resolver as problemáticas desta nação – que são muitas, diga-se de passagem! Portanto, qualificar agentes responsáveis diretamente pela Educação nas escolas públicas do Brasil é primordial para que do conhecimento seja difundido.

Levando em consideração a importância que a Lei 10.639/03 tem para reparar um déficit histórico que o Brasil tem para com as pessoas negras, a começar pelas que foram trazidas da África para serem escravizadas, sob condições desumanas. A aplicabilidade dessa lei por parte das escolas tem um papel fundamental nesse processo, mas para que isso se torne realidade, se faz necessário a preparação dos(as) professores(as).

É importante afirmar que a qualificação profissional depende muito do interesse individual de cada um, principalmente no setor educacional. Porém, quanto a essa temática em específico, a responsabilidade em tornar essa lei conhecida e operante nas escolas não pode ser atribuído somente aos professores. O Estado brasileiro deve ser o principal responsável nesse processo e para isso deve garantir aos professores, formação adequada e contínua. É também dever do Estado brasileiro acompanhar a aplicabilidade da referida lei, inclusive, por meio de uma fiscalização contínua.

Apesar de já ter se passado 20 anos da criação da Lei 10.639/03, o que se percebe é que ainda serão muitos os desafios a serem enfrentados pelas escolas e seus professores. Levando em consideração as informações extraídas dos estudantes entrevistados, há de certa forma uma falta de conhecimento por parte dos estudantes sobre a referida lei. Na verdade,

muitos falam que já ouviram falar algo a respeito, mas não a conhece, não sabe do que se trata, e isso é preocupante.

Para a maioria dos estudantes, segundo relatos dos entrevistados, a temática do racismo e da diversidade étnico-racial quase sempre só é discutido na escola durante o mês de novembro, por ocasião do Dia da Consciência Negra, onde são executados os projetos que envolve a comunidade escolar. Geralmente, nesse período as escolas, através de seus professores, promovem atividades relacionadas a temática racial.

A questão em si é demasiadamente desafiadora, haja vista que muitos professores têm conhecimento limitado em relação a Lei 10.639/03. De acordo com os relatos dos(as) professores(as) entrevistados(as) essa lei é pouco divulgada e também pouco debatida. Com isso, muitos professores, principalmente quem não é da área de humanas, não detém conhecimento aprofundado na referida lei, por conseguinte, tem certa limitação em discutir e até mesmo em participar de ações que combatam a discriminação, o preconceito e o racismo. Portanto, apesar da lei não ser uma novidade, para muitos ela ainda é desconhecida e, por isso, não cumpre efetivamente, de forma eficaz o propósito segundo o qual foi criada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do exposto, depreende-se que este trabalho é fruto de uma inquietação pessoal surgida há muito tempo, por restarem verificadas situações de preconceito e discriminação para com a população negra, bem como em razão de perceber a limitação da difusão do conhecimento acerca do negro como protagonista da História, sendo este tão somente lembrado como mero partícipe. Outrossim, o fato de as questões relacionadas à formação da sociedade brasileira, ao longo de minha caminhada pessoal, estarem intrinsecamente vinculadas à minha formação acadêmica e profissional também suscitou a atenção para a temática cerne da presente pesquisa.

Após a conclusão da graduação e, logo em seguida, da especialização, considerei oportuno dispensar um pouco do aprendizado a outras pessoas, ocasião em que passei a atuar como professor. Ao surgir a oportunidade de fazer o Mestrado na FLACSO, foi iniciado um novo capítulo de desafios, e, apesar das dificuldades enfrentadas, fui trilhando os caminhos. Confesso que pensei em desistir no meio do caminho, não somente uma vez, mas a vontade de superar os obstáculos falou mais alto. E, através dessa força de vontade, foi possível executar a presente pesquisa e chegar até aqui.

Diante do elucidado ao longo do presente trabalho, destaca-se que o interesse em pesquisar como a educação brasileira, através das escolas públicas, está trabalhando ações para combater e erradicar as desigualdades sociais e raciais, surgiu com o objetivo de contribuir com a promoção do respeito às diversidades, visando, um dia, ver cessado o preconceito e discriminação das pessoas de etnias e/ou raças distintas, assim tomando como equipamentos da presente pesquisa duas escolas públicas de Ensino Fundamental localizadas no município de Iguatu-Ce.

Apesar de existir no Brasil um arcabouço legal que garante direitos a população negra, resta aclarado que as leis, por si só, não colocam isso na prática, necessitando de os cidadãos e cidadãs brasileiros(as) ter consciência da responsabilidade nesse processo. Com efeito, professores e professoras têm papel preponderante na implementação e no funcionamento dessas leis, destacando-se a Lei nº 10.639/03, que visa um reparo histórico da falta de zelo e reconhecimento que o Brasil teve e tem para com a população negra.

Restaram, pois, compreendidas as práticas e as ações de combate às desigualdades raciais nas escolas públicas de Iguatu-Ce a partir da implementação da Lei nº 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio no Brasil, identificando como as escolas públicas municipais de Iguatu-Ce podem contribuir de maneira efetiva para a prática de combate às desigualdades raciais, quais os impactos que a Lei nº 10.639/03 pode causar na comunidade escolar no município de Iguatu-Ce e quais os desafios encontrados nesses processos. Assim sendo, a pesquisa cumpre com o estabelecido em seus primórdios.

Ao lume de todo exposto, cabe a reflexão do período de curso das disciplinas do Mestrado, em que determinados episódios foram marcantes, nem todos de forma positiva. Tão logo iniciou o Mestrado, veio a Pandemia da COVID-19, mais um grande desafio a superar. Medo, incertezas, inseguranças no que podia acontecer diariamente, passaram a andar juntos com a rotina dos estudos e do trabalho. Como a proposta do Mestrado era de ser semipresencial, a COVID-19 se encarregou de não deixar isso acontecer, os encontros presenciais não foram permitidos em razão do isolamento social.

Oportuno, ainda, lembrar dos momentos em que fui motivado a continuar a caminhada; algumas pessoas foram responsáveis por isso: meus familiares, colegas da faculdade, colegas da turma que, apesar de estarem vivendo a mesma situação de dificuldade, postavam mensagens de autoestima que forma muito importantes, talvez o combustível que estava faltando nas horas de desânimo! Cabe ressaltar os professores das disciplinas que, com maestria, souberam conduzir as aulas, mesmo à distância, através das vídeo-aulas, mostraram a importância da

persistência, e, por vezes tiveram que ser benevolentes nos prazos das atividades. Minha gratidão a todos(as).

Depois de superar todos esses obstáculos, chegou a hora de pensar na pesquisa, mais um desafio gigante: mas o que fazer? Os fortes vivem para superar desafios, e eu queria está no time dos fortes. A hora chegou, tive que decidir o que seria a minha pesquisa, pensei em várias vertentes, mas foi mesmo a área da educação que me ganhou, ou eu a ganhei, quem sabe?! Claro que tive ajuda nesse processo, lembro-me muito bem que, na disciplina do projeto de pesquisa, a professora Andrea Azevedo foi fundamental para a decisão de escolher a temática racial no escopo da educação.

Não poderia deixar de lembrar da disciplina que antecedeu o projeto de pesquisa, na qual me vi envolvido em uma pesquisa científica na busca de respostas para minhas inquietações em relação às desigualdades sociais e raciais neste país. A disciplina “Raça, Política e Combate às Desigualdades”, ministrada pela Professora Dra. Josemeire Alves, auxiliou a pensar o projeto de pesquisa com essa temática. Logo em seguida, já na disciplina do projeto, surge o projeto de pesquisa intitulado: Práticas de Combate às Desigualdades Raciais no Ambiente Escolar no Município de Iguatu no Estado do Ceará.

Com efeito, a “prova de fogo” veio durante a pesquisa, a começar pelo estudo bibliográfico para o embasamento teórico, passando pela prática no campo até chegar na sistematização da Dissertação. Foram longos meses de dedicação, de trabalho e de muitas noites sem dormir. Cheguei até aqui e isso me orgulha. Mas não cheguei até aqui sozinho, por puro mérito, destaco a importância da minha orientadora, Prof^a. Dra. Beatriz Martins Moura, compreensiva, humana, que por vezes dava alguns “choques de realidade”, o que serviu como motivação para seguir em frente.

Do viés teórico, eu imaginava como seria a relação da escola com as práticas de desigualdades social e racial no Brasil. Mas se fazia necessário ver a prática. Nesse sentido, tomando como base a legislação brasileira concernente à educação, notadamente com leis específicas para a Educação das Relações Étnico-Racial, a exemplo do Lei nº 10.639/03, iniciou-se a busca na Secretaria Municipal de Educação para falar da pesquisa e da necessidade de obter algumas informações, e, em seguida nas duas escolas a serem pesquisadas.

No processo de entrevistas, surgiram as contradições, sendo possível ver nitidamente as distâncias existentes entre a teoria e a prática. A realidade se difere do que está no papel, nas leis. Cada escola com sua peculiaridade, sendo duas realidades diferentes, uma vivendo a realidade de ser uma escola na zona rural, com costumes, hábitos que diferem de quem é da

cidade, onde está inserida a outra escola, também com os dilemas de uma escola pública, na periferia e com suas limitações.

De modo geral, ressalta-se a experiência valorosa e de grandes aprendizados proporcionada com a presente pesquisa, possibilitando crescimento pessoal e profissional, seja atuando na área da educação, seja em qualquer outra. No que tange à área da educação, posso afirmar que todo aprendizado durante essa jornada servirá de motivação para continuar na luta por uma educação melhor e mais transformadora.

Existe, no Brasil, uma legislação educacional que pode contribuir para combater as desigualdades raciais. Contudo, faz-se necessário que essa legislação seja colocada em prática, que faça efeito e traga os resultados para os quais ela foi criada. Neste sentido, as escolas, por intermédio dos profissionais da educação, principalmente professores, são fundamentais nesse processo de combater as desigualdades raciais historicamente presentes no Brasil.

A esperança vive! Dias melhores estão por vir. Acredito na educação que transforma e liberta, e também acredito no que há de bom no ser humano – a sua capacidade de lutar e buscar um mundo melhor é algo fascinante. Sou parte desse processo e anseio que a educação seja o caminho para o respeito e a empatia entre todos os indivíduos.

REFERÊNCIAS

- BARBOZA, Edson Holanda Lima. “Cabeça chata, testa de macaco”: rotas de resistência ao tráfico interprovincial e migrações entre Ceará e a Amazônia (1877-1880). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. 2011.
- BERTOTTI, Rosane. Secretária de Comunicação da CUT. Igualdade: faz a diferença!. **Políticas para a Igualdade Racial e Combate à Discriminação**. 2ª ed. São Paulo: 2014.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 12 ago. 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003 - Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.678.htm. Acesso em: 11 dez. 2022.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**. 2010. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 11 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 15 jan. 2023.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. LDB - Lei nº 9394/96, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html> Acesso em: 07 dez. 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 12 jun. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**, 5ª Ed., Globo, São Paulo 2008.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: HOLANDA, Cristina Rodrigues (org.). **Uma nova história do Ceará**, Fortaleza: IMOPEC, 2009. p. 103-134.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In. **Superando o racismo na escola**. 2005. p. 143-154.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, Luis Augusto. ANPOCS, 1983.

GONZALEZ, Lélia. **De Palmares às escolas de samba, estamos aí**. Mulherio, São Paulo, ano II, n. 5, jan/fev., 1982. p. 3. Disponível em: www.fcc.org.br Acesso: 12 jan. 2023.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

RIBEIRO, Matilde. **As Políticas de Igualdade Racial: Reflexões e Perspectivas**, Ed.: Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2012.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Escravidão e Liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano**. **3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis–SC, p. 1-12, 2007.